



NÚCLEO REGIONALIZADO "B"

**PRÉDIO ESCOLAR
ORLANDO CARNEIRO**

**PRÉDIO ESCOLAR
GALDINO CAMILO ALVES**

**PRÉDIO ESCOLAR
MANOEL DO PATROCÍNIO**

**ESCOLA MUNICIPAL
JOSÉ BISPO DE ALMEIDA**



PPP

Projeto Político Pedagógico
2025

**SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO**



ANGUERA
PREFEITURA MUNICIPAL
Mais Trabalho, Mais Conquistas!





PPP
Projeto Político Pedagógico
2025

REPRESENTANTE DA GESTÃO ESCOLAR:

Andréa de Almeida Neris da Silva

REPRESENTANTES DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA:

Domênica Araújo Santos Oliveira

Ramon Santana Teixeira Lima

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES:

Rode da Paixão Santos de Santana

Luzinete Santana de Souza

REPRESENTANTE DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO:

Magna da Silva Leite Mota

REPRESENTANTE DOS SERVIDORES DE APOIO:

Joseane da Silva Moura

REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNO:

Ana Clara Santos Reis

Tamilly Nascimento dos Santos

COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO:

Patrícia da Silva Mascarenhas

DESIGN GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Anderson Cerqueira

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Renan Iury Mendes Brito

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1. PERFIL IDENTITÁRIO

1.1.1. Função Social: Missão, Visão e Valores

1.1.2. Linha do tempo: história institucional

1.2. DIAGNÓSTICO ATUAL

1.2.1. Avaliação Institucional

2. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

2.1. O SER HUMANO, SOCIEDADE E CULTURA

2.2. A EDUCAÇÃO INTEGRAL, ESCOLA E O ENSINO

2.3. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

2.4. CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

2.5. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

2.5.1. A Pesquisa como Princípio Pedagógico

2.5.2. O Respeito à Diversidade

3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

3.1. O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

3.2. A AVALIAÇÃO PARA APRENDIZAGEM

3.3. AVALIAÇÃO EXTERNA

3.4. OS TEMAS INTEGRADORES

3.5. TENDÊNCIA PEDAGÓGICA

3.6. ATIVIDADE COMPLEMENTAR (AC)

3.7. PERFIS ESPERADOS DO PROFESSOR E DO ALUNO

4. ETAPAS DO ENSINO

4.1. EDUCAÇÃO INFANTIL

4.1.1. Creche

4.1.2. Transição da Creche para a Pré-Escola

4.1.3. Pré-Escola

4.2. ENSINO FUNDAMENTAL

4.2.1. Anos Iniciais

4.2.2. Transição da Pré-Escola para o 1º Ano

4.2.3. Transição dos 2º para o 3º Ano

4.2.4. Transição do 5º para o 6º Ano

5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

5.1. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

5.2. A EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

5.3. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

5.4. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

5.5. A POLÍTICA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

5.6. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

5.7. A POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES

5.8. A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA E ESCOLA/COMUNIDADE

6. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

6.1. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INTERRACISTA

7. DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS



INO DO MUNICÍPIO DE ANGUERA

Anguera avança diariamente,
Com a experiência dos velhos,
Com a vitalidade dos jovens,
Com a união envolvente.

Salve os filhos queridos,
Que nesta terra nasceram!
Salve os bons imigrantes,
Que muito a desenvolveram.

Salve, salve, salve,
Anguera tradicional!
Salve, salve, salve,
A Bandeira Municipal!

Tua hospitalidade,
Teus verdes e lindos campos,
Têm a bênção da Padroeira,
Que os envolve em suave manto!

Construída por braços fortes,
Preservada por espíritos sadios,
Te amaremos até a morte,
Anguera querida do nosso Brasil!

Um belo azul te cerca
No alto céu, azul anil,
Tu és independente,
De espírito varonil!

Letra por Gessé Souza Silva e Rodrigues Silva

Melodia por Bernardo da Silva



APRESENTAÇÃO

Vivemos em uma sociedade que passa por constantes mudanças, a escola se figura como parte integrante desse processo e como tal precisa acompanhar essas mudanças e adaptar-se a elas, revendo suas práticas de ensino para atender às diversas demandas trazidas pelos sujeitos da escola. Para tanto, é condição indispensável a (re)elaboração do nosso Projeto Político Pedagógico, no ano de 2025, tendo em vista que o presente documento precisa alinhar-se as novas demandas presentes nos documentos curriculares referencias com o intuito organizacional de fortalecer a potencialidade educacional das escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B.

Neste sentido, o presente documento refere-se as escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B, assim denominadas: Prédio Escolar Orlando Carneiro; Prédio Escolar Galdino Camilo Alves; Prédio Escolar Manoel do Patrocínio e Escola Municipal José Bispo de Almeida, foi elaborado após muitas reflexões e discussões com toda comunidade escolar sobre o papel e a finalidade das escolas, levando em consideração os aspectos singulares que permeiam a nossa comunidade bem como os aspectos plurais que compõe a diversidade histórica e cultural da mesma.

Assim, concebemos o nosso PPP por meio dos processos de vivência democrática desencadeado no chão de cada escola, uma vez que todos os segmentos que compõem a comunidade escolar participam dele, assumindo o compromisso com seu acompanhamento e, principalmente, nas escolhas que a instituição escolar necessitou fazer ao longo do processo, permitindo potencializar o trabalho colaborativo e o compromisso com objetivos comuns na perspectiva da construção de uma escola pública de qualidade.

Dessa forma, espera-se que as orientações apresentadas aqui possam contribuir com a construção da autonomia de cada escola, com a formação humanística e política dos seus sujeitos. Assim, este documento de construção coletiva funcionará como um elemento norteador de nossa prática pedagógica. Porém, ressaltamos que nosso projeto não será algo pronto e acabado, mas sim constantemente avaliado e reconstruído, pautando-se no diálogo e nas demandas surgentes.



1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

NOME: Prédio Escolar Orlando Carneiro

ENDEREÇO: Estrada do Feijão, Povoado de Areia, S/N

CEP: 44.673-899

MUNICIPIO: Anguera

UNIDADE DA FEDERAÇÃO: Bahia

LOCALIZAÇÃO: Zona rural

E-MAIL: orlandocarneiro.nucleob13@gmail.com

TELEFONE: (75) 3239-6507

CNPJ: 12.430.552/0001-19

CÓDIGO INEP: 29090296

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

ETAPA DE ENSINO OFERTADA: Ensino Fundamental (Anos Iniciais)

MODALIDADES DE ENSINO QUE OFERTA: Educação Especial e Educação Inclusiva.

NOME: Prédio Escolar Galdino Camilo Alves

ENDEREÇO: Povoado de Areia, S/N

CEP: 44.673-899

MUNICIPIO: Anguera

UNIDADE DA FEDERAÇÃO: Bahia

LOCALIZAÇÃO: Zona rural

E-MAIL: galdinocamiloalves25@gmail.com

TELEFONE: (75) 3239-6507

CÓDIGO INEP: 29090180

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

ETAPA DE ENSINO OFERTADA: Educação Infantil (Creche), Educação Infantil (Pré-escola) e Ensino Fundamental (Anos Iniciais)

MODALIDADES DE ENSINO QUE OFERTA: Educação Inclusiva.

NOME: Prédio Escolar Manoel do Patrocínio

ENDEREÇO: Povoado de Caraíbas, S/N

CEP: 44.670-000

MUNICIPIO: Anguera

UNIDADE DA FEDERAÇÃO: Bahia

LOCALIZAÇÃO: Zona rural

E-MAIL: prediomoel6@gmail.com

TELEFONE: (75) 3239-6507

CÓDIGO INEP: 29090245

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

ETAPA DE ENSINO OFERTADA: Educação Infantil (Creche) e Educação Infantil (Pré-escola)

MODALIDADES DE ENSINO OFERTADA: Educação de Jovens e Adultos – EJA e Educação Inclusiva.

NOME: Escola Municipal José Bispo de Almeida

ENDEREÇO: Povoado de Paraíso S/N

CEP: 44.673-899

MUNICIPIO: Anguera

UNIDADE DA FEDERAÇÃO: Bahia

LOCALIZAÇÃO: Zona rural

E-MAIL: escolajosebispo034@gmail.com

TELEFONE: (75) 3239-6507

CÓDIGO INEP: 29090300

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

ETAPA DE ENSINO: Ensino Fundamental (Anos Iniciais)

MODALIDADES DE ENSINO OFERTADA: Educação de Jovens e Adultos – EJA e Educação Inclusiva.

QUADRO DE PROFISSIONAIS: PRÉDIO ESCOLAR ORLANDO CARNEIRO

Nº	NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
1º	ANDRÉA DE A. NERIS DA SILVA	DIRETORA	ESPECIALISTA
2º	ANTONIO ROQUE NEVES	PROFESSOR	LICENCIADO
3º	ANA CLEIDE ROSARIO DA SILVA	COLABORADORA	ENSINO MÉDIO
4º	ALANA ALVES DA PAIXÃO	AG. TECNOLÓGICO	ENSINO MÉDIO
5º	BEATRIZ SOARES NASCIMENTO	AUX. DE ENSINO	ENSINO MÉDIO
6º	CRISTIANE DOS SANTOS PIRES	COLABORADORA	ENSINO MÉDIO
7º	DOMENICA ARAUJO DOS S. OLIVEIRA	COORDENADORA	ESPECIALISTA
8º	ELIZAME R. DA CRUZ DOS SANTOS	COLABORADOR	ENSINO MÉDIO
9º	ESTEFANIA SATIRO VITORIO BARBOSA	PROFESSORA	LICENCIADA
10º	JAMILE FERREIRA BOMFIM	COLABORADORA	ENSINO MÉDIO
11º	JUCIENE ROSARIO BENTO	COLABORADORA	ENSINO MÉDIO
12º	LAINE ALVES RODRIGUES	PROFESSORA	ENSINO MÉDIO
13º	LEDINALVA ROSARIO DA SILVA	COLABORADORA	ENS. FUNDAMENTAL
14º	LUZINETE SANTANA DE SOUZA	PROFESSORA	LICENCIADA
15º	LEANDRO NASCIMENTO DE JESUS	PROFESSOR	LICENCIADO
16º	MAGNA DA SILVA LEITE MOTA	PSICOPEDAGOGA	ESPECIALISTA
17º	NATIELE SANTOS ARAUJO	AUX. DE ENSINO	ENSINO MÉDIO
18º	RAMON SANTANA TEIXEIRA LIMA	COORDENADOR	ESPECIALISTA
19º	REBECA CARNEIRO MASCARENHAS	PROFESSORA	LICENCIADA
20º	RENATA VIEIRA DOS SANTOS	COLABORADORA	ENSINO MÉDIO
21º	RITA DE CASSIA C. DE MENEZES	PROFESSORA	LICENCIADA
22º	RODE DA P. SANTOS DE SANTANA	COORDENADORA	ESPECIALISTA
23º	RODRIGO SILVA MATOS	AG. TECNOLÓGICO	ENSINO MÉDIO
24º	ROSANGELA BISPO BRAGA SANTOS	PROFESSORA	LICENCIADA
25º	SILVIA SANTANA NERIS VIEIRA	PROFESSORA	LICENCIADA
26º	SIMONE SILVA ARAUJO	PROFESSORA	MAGISTÉRIO
27º	SIZELI A. DOS SANTOS OLIVEIRA	PROFESSORA	ESPECIALISTA
29º	TATIANA LOPES BOMFIM	COLABORADORA	ENSINO MÉDIO
29º	YASMIN CERQUEIRA BATISTA	PROFESSORA	LICENCIADA

QUADRO DE PROFISSIONAIS: PRÉDIO ESCOLAR ORLANDO CARNEIRO

Nº	NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
1º	ANALICE GONÇALVES DE JESUS	PROFESSORA	ESPECIALISTA
2º	ANA LÚCIA COSTA DA SILVA SANTOS	AUX. DE ENSINO	LICENCIADA
3º	CARLEONIA BARBOSA ALVES	COLABORADORA	ENSINO MÉDIO

4º	CLAUDIANA SILVA SANTOS	PROFESSORA	LICENCIADA
5º	CRISTIANE DOS SANTOS PIRES	COLABORADORA	ENSINO MÉDIO
6º	GISELE ALVES BARBOSA	AUXILIAR DE ENSINO	ENSINO MÉDIO
7º	JAIANE SANTOS ARAUJO	COLABORADORA	ENSINO MÉDIO
8º	JOELMA CRUZ BARBOSA	AUXILIAR DE ENSINO	LICENCIADA
9º	LAINÉ ALVES RODRIGUES	PROFESSORA	ENSINO MÉDIO
10º	LUCIANA M. DOS SANTOS SILVA	AUXILIAR DE ENSINO	ENS. FUNDAMENTAL
11º	LUZINETE SANTANA DE SOUZA	PROFESSORA	LICENCIADA
12º	MARIA EDILZA DOS SANTOS BARBOSA	COLABORADORA	ENSINO MÉDIO
13º	MARIVANIA CONCEIÇÃO MACEDO	COLABORADORA	ENSINO MÉDIO
14º	PATRICIA LOPES DE JESUS DIAS SILVA	PROFESSORA	LICENCIADA
15º	SÔNIA R. DE OLIVEIRA ORRICO	PROFESSORA	LICENCIADA
16º	VIVIANE ALVES ARAUJO	AUXILIAR DE ENSINO	ENSINO MÉDIO

QUADRO DE PROFISSIONAIS: PRÉDIO ESCOLAR MANOEL DO PATROCÍNIO

Nº	NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
1º	ANA MARIA OLIVEIRA DA SILVA	PROFESSORA	LICENCIADA
2º	ANTONIO CARLOS B. SANTOS DE JESUS	COLABORADOR	ENSINO FUNDAMENTAL
3º	ELIETE CAITANA MOREIRA	PROFESSORA	LICENCIADA
4º	JAILDA FRANCISCA DOS S. BASTOS	PROFESSORA	LICENCIADA
5º	JOSEANE DA SILVA MOURA	COLABORADORA	ENSINO MÉDIO
6º	LEIDIANE BASTOS COSTA	PROFESSORA	LICENCIADA
7º	MARIVANIA CONCEIÇÃO MACEDO	COLABORADORA	ENSINO MÉDIO
8º	SANDRA BRITO ALMEIDA	COLABORADORA	ENSINO FUNDAMENTAL

QUADRO DE PROFISSIONAIS: ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ BISPO DE ALMEIDA

Nº	NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
1º	DIVANIZE NERI SANTANA	COLABORADORA	ENSINO MÉDIO
2º	ELMA DE ALMEIDA NERIS BARBOSA	PROFESSORA	ESPECIALISTA
3º	JAMILE SANTANA BRITO	PROFESSORA	LICENCIADA
4º	LEIDIANE BASTOS COSTA	PROFESSORA	LICENCIADA
5º	PRECIENA ANDRADE B. DOS SANTOS	COLABORADORA	ENSINO FUNDAMENTAL
6º	RAILDA FERREIRA DA SILVA	COLABORADORA	ENSINO FUNDAMENTAL
7º	RISOLEIDE FERREIRA DA S. MARTINS	PROFESSORA	LICENCIADA
8º	VALÉRIA DIAS SANTOS	PROFESSORA	ENSINO MÉDIO
9º	VIVIANE ALVES ARAÚJO	AUX. DE ENSINO	ENSINO MÉDIO
10º	YASMIN CERQUEIRA BATISTA	PROFESSORA	LICENCIADA

1.1. PERFIL IDENTITÁRIO

1.1.1. Função Social: Missão, Visão e Valores

Para a construção de um trabalho satisfatório, as escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B têm sua identidade organizacional pautada na sua visão, missão e nos seus valores. Independente da função que ocupa, todos devem contribuir para que as nossas ações e projetos aconteçam de forma que possibilite o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para a formação de cidadãos autônomos, críticos, reflexivos, para que sejam capazes de contribuir com uma sociedade mais justa, ética, democrática, responsável, inclusiva e sustentável.

Nossa **Visão** pauta-se em ser uma escola de referência na oferta de um ensino de qualidade, com vistas no desenvolvimento integral da aprendizagem dos educandos, desde a Educação Infantil até a Educação de Jovens e Adultos, demonstrando responsabilidade a formação integral de cada aluno.

Já nossa **Missão** pauta-se na promoção de uma educação pública de qualidade, através de um ensino significativo, atualizado e eficaz, garantindo a participação ativa da comunidade escolar, formando estudantes críticos, capazes de contribuir com a transformação da sociedade, pautados nos princípios éticos, morais e humanísticos.

Por fim, nossos **Valores** dialogam com nossas práticas pedagógicas, pois acreditamos na potencialidade da oferta de um ensino fundamentado em bases viabilizadoras da valorização das pessoas, do foco na aprendizagem, no comprometimento, na inserção da inovação, no respeito mútuo, no diálogo, no afeto, na empatia, na ética e na justiça.

1.2 LINHA DO TEMPO: HISTÓRIA INSTITUCIONAL

PRÉDIO ESCOLAR ORLANDO CARNEIRO

O povoado de Areia necessitava de um espaço escolar dentro da comunidade, pois as crianças tinham que se deslocar até a fazenda Diamante para ter acesso aos estudos. Com o intuito de resolver a situação, a moradora Maria Rita, se dirigiu ao Prefeito da Cidade, José Wood Mendes Vieira, a fim de conversar sobre tal necessidade.

Em atenção ao seu pedido, o prefeito dispôs à Maria Rita um treinamento que a “capacitasse” a lecionar. Inicialmente a escola começou a funcionar numa “venda velha”, oferecendo o ensino em dois turnos, matutino com a professora Maria Rita e vespertino com a professora Davina Silva Santos. Algum tempo depois, já no Governo de Armando Sofia Brandão, o aumento da clientela justificou e fortaleceu a necessidade da construção de um espaço escolar mais adequado e amplo.

Para a construção desse espaço escolar, a comunidade de Areia contou com a doação de um terreno feita pelo Senhor Galdino Camilo Alves. Os moradores do Povoado resolveram homenagear o Sr. Orlando Carneiro, homem íntegro, simples e querido por todos, intitulado o prédio escolar com o seu nome. Era formado em Magistério, porém nunca exerceu a profissão de Professor, preferindo dar continuidade a atividade pecuária, herdada de seus pais.

O Prédio Escolar Orlando Carneiro foi inaugurado no dia 26 de novembro de 1984. Atualmente, esse espaço educativo atende a diversas crianças da localidade e adjacências, como também é utilizado para reuniões e eventos comunitários, desenvolvendo um trabalho pedagógico e social significativos para os moradores do povoado.

PRÉDIO ESCOLAR GALDINO CAMILO ALVES

O Prédio Escolar Galdino Camilo Alves está localizado no povoado de Areia, inaugurado em 08 de outubro de 1988, na gestão do prefeito Armando Sofia Brandão. O nome da instituição surgiu a pedido dos moradores da comunidade em homenagem ao um homem exemplar no povoado, inclusive, em vida, pois o mesmo doou o terreno para a construção do Prédio Escolar Orlando Carneiro. Galdino Camilo Alves nasceu em 20 de abril de 1914, natural de Anguera, filho de Candido Camilo Alves e Maria Martina de Jesus. Casado com Clara Barbosa Alves teve 08 filhos com a mesma e ambos tinham como atividade profissional, lavrador.

No Povoado de Areia possuía o Prédio Escolar Orlando Carneiro com atendimento para o Ensino Fundamental I, porém o espaço não estava suprimindo a grande demanda de alunos, sendo assim surgiu a necessidade da construção de um novo Prédio. Passando alguns anos a quantidade de alunos reduziu ficando insuficiente o número de alunos para o funcionamento das duas escolas. Diante da redução de alunos o prefeito resolveu fechar uma das escolas, mas a pedido da

primeira dama senhora Maria Luiza Barbosa Brandão que tinha um sonho de implantar em cada comunidade uma creche para atender as pessoas carentes.

Em atenção a seu pedido o prefeito decidiu que o Prédio Escolar Galdino Camilo Alves passaria a não atender o ensino fundamental I e passou a funcionar como creche, onde abrigava cerca de 100 crianças. Atualmente o Prédio Escolar Galdino Camilo Alves atende as crianças da Educação Infantil, funcionando no turno matutino e vespertino.

PRÉDIO ESCOLAR MANOEL DO PATROCÍNIO

O prédio escolar Manuel do Patrocínio Carneiro está localizado na Fazenda Caraíbas, inaugurado em 29 de janeiro de 1990, na gestão do prefeito Cornélio Boaventura Lima. Manuel do Patrocínio Carneiro nasceu em 14 de fevereiro de 1905, natural de Anguera, filho de Bernardino Ferreira da Silva e Ana Joaquina Ferreira da Silva, tendo como atividade profissional: Juiz de Paz e fazendeiro.

Por ser uma pessoa interessada na educação local, o Sr. Manoel buscou professores capacitados para alfabetizar, não apenas seus filhos como, também, as crianças da comunidade vizinha, cedendo espaço em sua própria casa para que as aulas acontecessem.

O Sr. João de Menezes de Oliveira, morador da comunidade de Caraíbas, estava à frente da luta na construção de um espaço escolar adequado para os alunos e, para que isso se tornasse possível, fez a doação de um terreno, na gestão de Armando Sofia Brandão, que deu início a construção do prédio. Professoras como Ana Carlina Carneiro de Oliveira e “Núria”, são lembradas por suas atividades pedagógicas. Atualmente o prédio escolar, além de ofertar as atividades pedagógicas, promove importantes festas, sendo a junina a que mais mobiliza a comunidade.

ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ BISPO DE ALMEIDA

A construção do Prédio Escolar Presidente Médici surgiu a partir da doação de um terreno, feita pelo senhor José Bispo de Almeida para que pudesse ser construído um local adequado às atividades educativas. O prédio escolar foi inaugurado no dia 06 de maio de 1981, na gestão do prefeito José Wood Mendes Vieira. Naquela época era comum homenagear prefeitos, governadores e

presidentes, colocando seus nomes nos espaços públicos como: ruas, avenidas, escolas, e outros, mesmo estando mortos, vivos ou em mandatos políticos.

Nas décadas de existência desse espaço escolar, alguns professores se destacaram em suas atividades, entre eles: Lucidalva da Silva Almeida Lobo e Antonia do Patrocínio Carneiro. A comunidade utilizava a escola para eventos como batizados, reuniões comunitárias, festas juninas e missas festivas, posto de vacinação com grande presença dos moradores.

No início do ano letivo de 2014 a escola passou por uma ampla reforma realizada pela Prefeitura Municipal. O nome da instituição foi substituído pelo do seu patrono, a pedido de uma influente moradora da localidade, a senhora Neuza Spínola. O Prefeito Mauro Selmo Oliveira Vieira solicitou ao Secretário de Educação, Antonio Márcio Silva Vasconcelos, que adotasse providências, visando substituir o nome da escola para Prédio Escolar José Bispo de Almeida em homenagem a um homem exemplar na comunidade local, inclusive, em vida, e que doou à municipalidade o terreno para construção desse prédio de tão grande relevância sócio-educativa para os moradores.

A justificativa para a retirada do nome Presidente Médici do prédio escolar, foi que este se tratou de um presidente que ajudou a implementar o regime da ditadura no Brasil, pouco tendo contribuído com a democracia e o livre exercício da cidadania.

CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES

O Núcleo Regionalizado B é composto por quatro prédios escolares que ficam localizados nas regiões de Areia, Caraíbas e Paraíso. Grande parte dos moradores possuem residência fixa, tendo a agricultura como atividade econômica predominante nas comunidades.

As atividades de esporte e lazer desenvolvidas no município de Anguera contam com o envolvimento da população dessas regiões em diversas modalidades esportivas, onde se destaca o futebol.

No município de Anguera, na Bahia, a religiosidade desempenha um papel significativo na construção da identidade cultural e social da população. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o catolicismo permanece como a religião predominante, refletindo um legado histórico presente nas tradições locais, nas festas religiosas e nas práticas comunitárias.

Paralelamente, observa-se o crescimento das denominações evangélicas, especialmente igrejas pentecostais e neopentecostais, que vêm ampliando sua atuação no município e exercendo influência tanto no campo religioso quanto nas ações sociais e comunitárias (IBGE, 2022).

Além das vertentes cristãs, Anguera apresenta uma diversidade religiosa menos expressiva, composta por adeptos de religiões de matriz africana, espiritismo e pessoas que se declaram sem religião. Embora representem uma parcela menor da população, essas manifestações contribuem para a pluralidade cultural e religiosa do município. Dessa forma, o cenário religioso de Anguera caracteriza-se pela predominância cristã, ao mesmo tempo em que evidencia transformações e novos arranjos religiosos, acompanhando tendências observadas no contexto estadual e nacional (IBGE, 2022).

Na área de saúde, a população beneficia-se com dois Postos de Saúde, sendo que: um localizado ao lado do Prédio Escolar Orlando Carneiro e outro próximo a Escola Maria Rita Alves de Jesus ambos no povoado de Areia. Quando necessário, o atendimento é feito no Hospital Municipal em Anguera.

A Educação é oferecida nestas localidades com atendimento para Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Educação de Jovens e Adultos. A efetiva participação do Conselho Escolar criado em 2010, possibilitou o crescimento das comunidades.

É perceptível a influência estudantil nas atividades e projetos desenvolvidos pela escola. Observa-se que todas essas localidades têm em comum a boa interação com a escola, pois as comunidades reconhecem a suma importância deste espaço de formação para o alunado que ali estão inseridas.

Deste modo, a nossa finalidade enquanto instituição de ensino é ofertar um ensino de qualidade capaz de qualificar a formação educacional de cada educando, garantindo assim seus direitos previstos por lei bem como a sua formação plena para que possam se tornarem autônomo e participativos em meio as inúmeras demandas sociais.

1.2. DIAGNÓSTICO ATUAL



QUANTIDADE DE ALUNOS POR ESCOLA

Escola	Quantidade de alunos
Prédio Escolar Galdino Camilo Alves	51
Prédio Escolar Orlando Carneiro	41
Prédio Escolar Manoel do Patrocínio	19
Escola Municipal José Bispo de Almeida	38

Fonte: Secretaria de Educação do Município (2025)

QUANTIDADE DE TURMAS (PARCIAL / INTEGRAL)

Escola	Turmas - Parcial	Turmas - Integral
Prédio Escolar Galdino Camilo Alves	04	00
Prédio Escolar Orlando Carneiro	03	01
Prédio Escolar Manoel do Patrocínio	02	00
Escola Municipal José Bispo de Almeida	03	00

Fonte: Secretaria de Educação do Município (2025)

QUANTIDADE DE PROFESSORES EM SALA DE AULA

Escola	Quantidade de alunos
Prédio Escolar Galdino Camilo Alves	04
Prédio Escolar Orlando Carneiro	09
Prédio Escolar Manoel do Patrocínio	03
Escola Municipal José Bispo de Almeida	06

Fonte: Secretaria de Educação do Município (2025)

1.2.1. Avaliação Institucional

A avaliação é uma ação contínua no cotidiano das escolas, seja para medir, comparar, verificar, diagnosticar ou refletir sobre o processo educacional. Nesta mesma perspectiva, faz-se necessário que a avaliação institucional ocorra de forma participativa para que toda a comunidade escolar esteja comprometida com as tomadas de decisões e ações que visem sanar as dificuldades diagnosticadas neste processo avaliativo.

Para Feitas (2006, p. 16):

a avaliação institucional é um processo coletivo que mobiliza a escola toda para os problemas pautados pelas avaliações e reconhecidos pelo coletivo, com vistas a sua superação. (...) um papel importante ao ser uma articuladora entre problemas, ações e compromissos locais da escola e seu vínculo com as demandas do poder público para alicerçar tais ações e compromissos.

Assim sendo, não há dúvidas que a avaliação institucional é uma importante ferramenta no processo de melhoria e reestruturação das práticas pedagógicas adotadas pelas escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B. Deste modo, a avaliação das nossas escolas são realizadas no início de cada semestre e ao final do ano letivo, com responsabilidade e o compromisso ético para com a comunidade escolar, com o intuito de corrigir falhas e potencializar os pontos positivos, tornando-os como balizadores para a promoção da qualidade do nosso trabalho.

Assim, as escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B passam por uma avaliação interna através de questionários para toda a comunidade escolar, realizando posteriormente momentos de estudo para dialogar, refletir e planejar ações, pois os profissionais necessitam refletir sobre sua prática, perceber se o

trabalho desenvolvido atende às expectativas e necessidades para o desenvolvimento integral dos estudantes.

A avaliação acontece de forma dinâmica, mas sem perder de vista a sua importância para o andamento das unidades escolares, por isso ocorre em três momentos: no início do ano letivo, para estabelecer as metas do plano de ação, análise das demandas sinalizadas através da aplicação do diagnóstico dos alunos e a elaboração de estratégias para sanar as dificuldades dos educandos.

O segundo momento ocorre ao final de cada etapa letiva para o estudo e avaliação das metas planejadas no início do ano letivo e fazer a projeção para as etapas seguintes. O terceiro momento acontecerá a avaliação da execução das ações e cumprimento das metas propostas para o ano letivo.

Com base nos resultados da avaliação institucional interna é possível planejar ações a curto, médio e longo prazo para aperfeiçoar os serviços ofertados pelas escolas, apontar ações e estratégias para sanar as dificuldades existentes nas comunidades escolares bem como designar ações que possam colaborar para o aperfeiçoamento e melhor desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

2. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

2.1. O SER HUMANO, SOCIEDADE E CULTURA

A concepção de ser humano que fundamenta o Projeto Político Pedagógico do Núcleo Regionalizado B reconhece o estudante como sujeito integral, singular e histórico, cuja formação ocorre na relação com o outro e com o mundo. Em consonância com a BNCC e o DCRB, o estudante é compreendido como sujeito ativo na construção de saberes, desenvolvendo autonomia, criticidade e participação responsável na sociedade.

A sociedade é entendida como um conjunto dinâmico de relações sociais e culturais, e o currículo deve preparar o estudante para exercer a cidadania democrática, valorizando a diversidade, as identidades e os contextos locais. Nessa perspectiva, o DCRM reforça a importância do território, das memórias e das vivências comunitárias de Anguera como parte do processo educativo.

A cultura é concebida como expressão histórica e plural dos sujeitos, devendo ser valorizada no currículo por meio da articulação entre conhecimentos científicos e saberes locais. Assim, ao integrar as orientações da BNCC, do DCRB e do DCRM, o PPP reafirma o compromisso com a formação humana integral, o respeito à diversidade e a construção de uma educação que promova pertencimento, emancipação e transformação social no município de Anguera-BA.

2.2. A EDUCAÇÃO INTEGRAL, ESCOLA E O ENSINO

Uma Instituição que valoriza a educação integral é aquela que há espaço de interação e transformação social, que possibilite a aprendizagem, o desenvolvimento cultural, que trabalhe um currículo diversificado, mas respeitando o cotidiano dos que ali vivem, na construção da identidade da escola que os acolham, que se identifiquem e dialoguem.

Diante das competências gerais previstas na Base Nacional Comum Curricular, e de forma correlata pelo Documento Curricular Referencial da Bahia e pelo Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) de Anguera, o ensino promovido na escola deve contemplar a formação integral do aluno.

Isso significa que a escola deve promover aprendizagens significativas tanto no campo cognitivo, assegurando o desenvolvimento das habilidades previstas nos componentes curriculares quanto no aspecto socioemocional, valorizando atitudes, comportamentos e a formação integral do estudante como sujeito ativo na transformação da sociedade. Além disso, o planejamento das aulas deve contemplar a integração entre os objetos de conhecimento e temas relevantes de caráter social, favorecendo uma abordagem interdisciplinar e contextualizada.

O Núcleo Regionalizado B reconhece como fundamentais para o desenvolvimento integral dos estudantes as iniciativas estruturantes promovidas pela Secretaria Municipal de Educação de Anguera, entre as quais se destacam a **Feira do Conhecimento**, os **Jogos Escolares** e o **Concurso Escrita Criativa**.

A Feira do Conhecimento, realizada anualmente desde 2014, constitui um momento de exposição pública das experiências pedagógicas desenvolvidas ao longo do ano nas unidades escolares, promovendo a interação entre estudantes, professores, famílias e a comunidade.

Nesse evento, os alunos apresentam projetos, produções científicas, artísticas e culturais, fortalecendo o protagonismo estudantil, o pensamento investigativo e a capacidade de comunicar ideias de forma clara e criativa. A Feira também integra saberes curriculares com contextos sociais e culturais da cidade, contribuindo para a formação cidadã ao envolver a comunidade local na vivência escolar e ampliar oportunidades de aprendizagem colaborativa.

Os Jogos Escolares, implantados em 2016, é outra ação estratégica da rede municipal que valoriza a educação física e os esportes como instrumentos de socialização, respeito às diferenças, disciplina e trabalho em equipe. Ao promover competições esportivas abertas aos estudantes em diferentes modalidades, os Jogos estimulam a adoção de hábitos saudáveis, a superação de desafios pessoais e coletivos, e o fortalecimento de vínculos entre escolas e entre estudantes de diversas áreas do município.

Essa prática possibilita também desenvolver habilidades socioemocionais, como resiliência, cooperação, *fair play* e autonomia, que são essenciais para o sucesso escolar e para a vida em sociedade.

O Concurso Escrita Criativa, que substituiu o tradicional concurso de redação, integra o conjunto de projetos educativos voltados para a promoção da leitura, da

escrita e do letramento em todas as etapas do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos.

Por meio da proposta de produção textual em diferentes gêneros, os estudantes são incentivados a ampliar seu repertório linguístico, a desenvolver pensamento crítico, sensibilidade e compreensão mais profunda de temas relevantes para sua vida e para o coletivo. A participação no Concurso estimula a expressão pessoal e criativa dos alunos, consolidando práticas de leitura e escrita que são essenciais para o desempenho acadêmico e para a construção de uma cidadania plena.

Essas três iniciativas representam estratégias pedagógicas amplas que fortalecem o currículo escolar, potencializam aprendizagens significativas e contribuem para a formação integral dos estudantes do Núcleo Regionalizado B. Ao articular conteúdos curriculares com práticas culturais, esportivas e de comunicação, tais projetos ampliam as oportunidades de participação ativa dos alunos, promovem a inclusão e valorizam as múltiplas capacidades dos aprendizes, em consonância com os princípios do Projeto Político Pedagógico.

2.3. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

A concepção de currículo nas escolas do Núcleo Regionalizado B entende o currículo como um processo vivo, construído em diálogo com a realidade sociocultural do campo, as experiências dos estudantes e os saberes comunitários. Nesse sentido, o currículo não é visto como uma simples lista de conteúdos, mas como um instrumento que integra conhecimentos, valores, atitudes e competências para a vida, respeitando as trajetórias dos alunos e a diversidade de contextos em que vivem.

Essa perspectiva está em consonância com o Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM), que orienta a prática pedagógica das escolas municipais a partir das diretrizes da BNCC e das especificidades do território de Anguera, valorizando tradições locais, identidades culturais e saberes populares.

Nas escolas do campo, o currículo articula conteúdos escolares com a vida comunitária, fortalecendo vínculos entre a escola, a família e o território rural. Essa aproximação com a realidade dos estudantes favorece aprendizagens significativas

e contextualizadas, que reconhecem o trabalho no campo, as práticas culturais e a história dos povos como fontes legítimas de conhecimento. Integrar o conhecimento científico às experiências cotidianas contribui para que os estudantes compreendam o mundo em suas múltiplas dimensões e desenvolvam autonomia intelectual, espírito crítico e senso de pertencimento à sua comunidade.

O currículo adotado no Núcleo Regionalizado B é centrado na promoção de uma educação que valoriza as relações humanas, a diversidade cultural e os desafios do contexto rural, garantindo aprendizagens que preparem os estudantes para atuar com responsabilidade, criatividade e participação social. Ao conectar o ensino à vida real dos estudantes, ele se torna uma ferramenta de emancipação, inclusão e transformação social no campo.

2.4. CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

As unidades escolares, do Núcleo Regionalizado B, têm como princípio a gestão democrática e participativa previstas pelo DCRB e o DCRM, de forma a garantir espaços de atuação coletiva, para que esse processo de democratização se efetive. Em razão desse objetivo, compete a escola e a todos os seus envolvidos, buscar meios para fortalecer e tornar eficaz essa representatividade, assim como assumir essa responsabilidade educativo-social.

A gestão democrática constitui um princípio estruturante da educação brasileira, previsto na Constituição Federal de 1988, reafirmado na LDB n.º 9.394/1996 e consolidado em documentos orientadores nacionais e locais.

De acordo com a BNCC (2018), a escola deve ser um espaço de participação, diálogo e construção coletiva, promovendo ambientes inclusivos que valorizem a diversidade e fortaleçam o protagonismo de todos os sujeitos do processo educativo. A gestão democrática, portanto, extrapola a dimensão administrativa, configurando-se como prática política e pedagógica que reconhece a escola como instituição social viva, dinâmica e partilhada.

Autores como Paro (2015) defendem que a gestão democrática pressupõe participação efetiva da comunidade escolar nos processos decisórios, compreendendo que a escola pública pertence à coletividade e, portanto, sua organização e seu funcionamento devem refletir interesses sociais mais amplos. Nessa perspectiva, a democracia se expressa na construção de um clima escolar

colaborativo, no estímulo à autonomia docente e discente e na promoção de canais permanentes de diálogo.

Essa visão converge com a orientação das DCRB (2023), que enfatizam a importância da participação social no planejamento, execução e avaliação das políticas educacionais, garantindo que a gestão se efetive como prática de transparência, corresponsabilidade e justiça social.

O Documento Curricular de Referência Municipal – DCRM do Município de Anguera (2024) reforça que a gestão escolar deve ser dialógica e participativa, fortalecendo vínculos com a comunidade e valorizando a cultura local. No contexto do Núcleo Regionalizado B, a gestão democrática precisa considerar especificidades territoriais, práticas socioculturais e necessidades reais dos estudantes, garantindo que as decisões coletivas estejam alinhadas à realidade das escolas municipais.

Nesse sentido, Arroyo (2011) observa que escolas inseridas em contextos populares demandam modelos de gestão que reconheçam saberes comunitários, experiências locais e identidades territoriais, superando práticas verticalizadas e burocráticas.

A gestão democrática também envolve o fortalecimento dos colegiados escolares, como Conselho Escolar, Grêmio Estudantil, Associação de Pais e Mestres e demais instâncias participativas.

Segundo Libâneo (2013), esses espaços constituem mecanismos essenciais para a descentralização das decisões e para a construção de uma cultura participativa. Eles permitem que professores, estudantes, funcionários e famílias contribuam para a definição de prioridades, acompanhamento dos recursos, discussão do projeto pedagógico e encaminhamento de demandas coletivas.

No âmbito pedagógico, a gestão democrática implica reconhecer que o trabalho coletivo é fundamental para garantir qualidade educacional. Lück (2009) argumenta que a gestão educacional é um processo articulador, cujo objetivo é promover integração entre atores, práticas e recursos, mobilizando-os em direção a um projeto comum. Dessa forma, a gestão democrática está diretamente relacionada ao desenvolvimento de um ambiente colaborativo, no qual o planejamento, o acompanhamento do ensino, a formação continuada e a avaliação são responsabilidades compartilhadas.

Além disso, a gestão democrática exige compromisso com a equidade e com a educação como direito social. Para Freire (1996), a democracia na escola só

é possível quando há práticas que promovem diálogo, respeito às diferenças, acolhimento e reconhecimento dos sujeitos.

Esse entendimento é reafirmado pelo DCRM (2024), que orientam que a gestão deve garantir condições adequadas para o ensino, assegurar acesso, permanência e aprendizagem e promover ações que considerem diferentes ritmos, culturas e realidades vivenciadas pelos estudantes da rede municipal.

No que se refere à transparência e à responsabilidade pública, a gestão democrática envolve também práticas de monitoramento, prestação de contas e avaliação participativa. Paro (2015) destaca que a democratização da escola exige clareza nos processos administrativos e pedagógicos, permitindo que todos compreendam, acompanhem e participem das decisões institucionais.

Assim, a gestão democrática no PPP do Núcleo Regionalizado B assume uma concepção que articula participação, autonomia, transparência e corresponsabilidade. Essa gestão reconhece que o espaço escolar é território de convivência plural, no qual decisões precisam ser tomadas coletivamente, considerando a diversidade de experiências, culturas e saberes presentes na comunidade.

A democratização da gestão fortalece o vínculo escola x comunidade, amplia o potencial formativo das práticas pedagógicas e contribui para a construção de uma educação pública mais justa, inclusiva e transformadora.

Entendemos que uma escola pública de qualidade deve buscar estabelecer dentro dela uma gestão que dê a todos os atores envolvidos um sentimento e uma relação de pertencimento ao ambiente escolar, acreditamos que para atingir esse objetivo é necessária uma gestão democrática da escola, considerando assim as opiniões de cada sujeito que deverão ser respeitadas dentro de suas relevâncias.

✓ O Conselho Escolar tem funções de caráter, consultivo, deliberativo, fiscal, constituindo-se em órgão garantidor da gestão democrática do ensino público, é constituído por representantes de professores, estudantes, pais, profissionais da educação, membros da comunidade local e o diretor da escola. Todos esses segmentos têm um titular e um suplente, sendo que o Diretor da escola é caracterizado como membro nato.

✓ O Caixa Escolar é uma Unidade Executora com personalidade jurídica de sociedade civil e direito privado, sem fins lucrativos representativa da comunidade escolar, sendo o gestor da escola responsável por gerir o recurso juntamente com

os membros do conselho fiscal e deliberativo e toda comunidade escolar. O Caixa Escolar recebe e administra recursos transferidos por órgãos federais advindo da comunidade, de entidades privadas ou provenientes da promoção de campanhas escolares.

✓ O Conselho Escolar, que se constitui num importante espaço de tomada democrática de decisões, pois alguns membros não são atuantes e responsáveis em suas ações. Para tanto, faz-se necessário que os membros do conselho participem de cursos de capacitação específicas para atuar com eficácia.

As escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B, procura reforçar e incentivar, a relação da comunidade com o ambiente escolar, tornando a escola um espaço aberto para todos. A equipe gestora proporciona ações para atrair o interesse dos alunos e a participação efetiva dos pais/responsáveis, promovendo, no decorrer do ano letivo, reuniões com os objetivos de esclarecer e informar sobre cada ação, solicitando a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão.

2.5. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

2.5.1. A Pesquisa como Princípio Pedagógico

A pesquisa como princípio pedagógico é um dos eixos estruturantes do Projeto Político Pedagógico do Núcleo Regionalizado B, pois transforma a aprendizagem em um processo ativo, investigativo e significativo. Nessa concepção, o estudante é reconhecido como protagonista da construção do conhecimento, desenvolvendo autonomia, curiosidade e pensamento crítico ao investigar, questionar e interpretar a realidade.

Em consonância com a BNCC, o DCRB e o DCRM, a prática investigativa é integrada ao cotidiano escolar como elemento articulador do currículo, favorecendo a resolução de problemas, o diálogo e a produção de saberes em diferentes áreas. Essa abordagem aproxima os conteúdos das experiências dos estudantes e dos desafios do contexto local, tornando a aprendizagem mais contextualizada e relevante.

Nesse processo, o professor assume o papel de mediador e orientador das aprendizagens, estimulando a elaboração de perguntas, a busca por informações e

a construção coletiva de explicações. Assim, a pesquisa fortalece uma educação crítica, participativa e emancipadora, comprometida com a formação integral e com a transformação social no território atendido pelo Núcleo Regionalizado B.

2.5.2. O respeito à diversidade

O respeito à diversidade configura-se como princípio essencial para a construção de uma educação democrática, inclusiva e socialmente comprometida. Candau (2008) afirma que a diversidade é parte constitutiva da experiência humana e deve ser reconhecida pela escola não como problema, mas como potencial pedagógico que amplia perspectivas culturais e sociais. Assim, promover o respeito às diferenças implica reconhecer identidades, histórias, saberes e modos de vida distintos, valorizando-os como elementos formativos no processo educativo.

A BNCC (2018) coloca a valorização da diversidade como uma de suas competências gerais, enfatizando a importância de práticas que favoreçam a empatia, a cooperação, o diálogo e o acolhimento das diferenças. Isso significa superar concepções homogeneizadoras e construir ambientes educativos que respeitem aspectos étnicos, raciais, religiosos, culturais, geracionais, territoriais, linguísticos e de gênero. Nesse sentido, Gomes (2017) destaca que a escola possui papel central no enfrentamento das desigualdades e na promoção de uma cultura de respeito e justiça social, especialmente no que diz respeito à educação das relações étnico-raciais.

O DCRM reforça essa perspectiva ao afirmar que a diversidade deve ser tratada como eixo transversal do currículo, orientando práticas pedagógicas que reconheçam os diferentes sujeitos e suas vivências. Para Silva (2015), a educação só se torna efetivamente democrática quando assume uma postura antidiscriminatória e antirracista, promovendo reflexões críticas sobre preconceitos, desigualdades e exclusões. Assim, o respeito à diversidade demanda ações intencionais que articulem conhecimento, ética e sensibilidade intercultural.

No contexto do Núcleo Regionalizado B do município de Anguera-BA, esse princípio adquire importância particular, considerando a pluralidade cultural, social e territorial que caracteriza a comunidade local. Como aponta Arroyo (2012), compreender os sujeitos concretos da escola suas origens, identidades e trajetórias é condição essencial para práticas pedagógicas engajadas e humanizadoras. Dessa

forma, a escola deve construir ambientes que acolham diferenças e promovam a convivência com base no respeito, na dignidade e na equidade.

Promover o respeito à diversidade também significa adotar metodologias que valorizem a participação, a escuta ativa e o diálogo. Candau (2008) ressalta que a interculturalidade deve orientar o currículo, possibilitando trocas entre diferentes culturas e produzindo aprendizagens que rompam com estereótipos e preconceitos. Essa postura fortalece a autonomia dos estudantes, amplia referências culturais e promove uma educação que prepara para o exercício pleno da cidadania.

Assim, ao incorporar o respeito à diversidade como princípio orientador, o PPP do Núcleo Regionalizado B reafirma o compromisso com uma educação inclusiva e democrática, alinhada às diretrizes da BNCC, do DCRB e do DCRM. Trata-se de consolidar uma prática pedagógica que valorize todas as identidades e promova a construção de relações sociais baseadas na ética, no reconhecimento e na justiça social.

3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

3.1. O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

O planejamento é um instrumento de fundamental importância para nortear o trabalho do professor, é um processo de sistematização e organização das ações educativas, onde será possível sistematizar as atividades pedagógicas com as vivências do contexto social. Sabemos que o ato de planejar está presente em todos os momentos da vida humana, o qual apresenta algumas especificidades na área da educação, como define Vasconcellos (2000, p. 79):

O planejamento enquanto construção-transformação de representações é uma mediação teórica metodológica para ação, que em função de tal mediação passa a ser consciente e intencional. Tem por finalidade procurar fazer algo vir à tona, fazer acontecer, concretizar, e para isto é necessário estabelecer as condições objetivas e subjetivas prevendo o desenvolvimento da ação no tempo.

É através do planejamento pedagógico que o professor organiza ações referentes ao desenvolvimento da aprendizagem de seus alunos. O planejamento pedagógico das escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B, tem uma organização própria, as ACs da Educação Infantil acontecem às quartas-feiras nos turnos matutino e vespertino.

Já, no Ensino Fundamental Anos Iniciais, as ACs acontecem nas terças-feiras e quintas-feiras, nos turnos matutino e vespertino, sendo momentos de estudo e planejamento das atividades e estratégias de ensino que visem o desenvolvimento integral dos estudantes, tendo a orientação da coordenação pedagógica e da gestão.

Sendo assim, as aulas são planejadas a cada semana, seguindo as habilidades do Plano de Curso de cada componente curricular, com base ainda nas necessidades dos alunos e nos documentos curriculares referenciais.

Com isso, o educador, ao planejar, leva em consideração as necessidades dos alunos. Percebendo as potencialidades, identificando possíveis dificuldades e buscando soluções, considerando o desenvolvimento infantil, as singularidades de cada criança. Desta forma, as competências e habilidades trabalhadas aliadas com as metodologias dos professores são responsáveis pela produção e aquisição das aprendizagens e dos saberes historicamente construídos pela humanidade.

3.2. A AVALIAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM

A avaliação escolar é um dos pilares do processo de ensino-aprendizagem. Segundo a BNCC (2018), avaliar não se limita a aplicar provas ou atribuir notas: trata-se de acompanhar o desenvolvimento integral do estudante, identificando avanços, dificuldades e potencialidades.

Constata-se que a avaliação faz parte do processo de ensino e aprendizagem, e como tal é necessário que ambos os processos sejam acompanhados por diversos tipos de avaliações capazes de abranger e contribuir com a formação integral de cada educando. Deste modo, a avaliação deve ser compreendida como processo relevante, construído e consolidado a partir de uma cultura de “avaliar para garantir as habilidades” previstas nos documentos curriculares referenciais.

Dentro desse contexto, a avaliação do rendimento escolar ocorre de acordo com as competências e habilidades estabelecidas pela BNCC, DCRB e o DCRM, subdivididas no plano de curso da rede municipal de Anguera, que prioriza uma avaliação com um caráter investigativo, processual e cumulativo, buscando identificar as reais necessidades para o aprimoramento da qualidade da educação.

Dessa forma, o nosso Projeto Político Pedagógico reforça que, é preciso avaliar de maneira formativa, isto é, os educadores devem investigar o percurso do aluno, observar o seu progresso, analisar suas dificuldades e propor novas práticas que permitam o seu desenvolvimento.

Vale ressaltar que, as escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B, contemplam o ensino na Educação Infantil, Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Educação de Jovens Adultos e Idosos, onde o processo avaliativo acontece através de observações e registros.

Dentro dessa perspectiva, destacam-se quatro modalidades fundamentais de avaliação: **diagnóstica, formativa, somativa e comparativa**.

A avaliação diagnóstica ocorre, geralmente, no início do ciclo letivo, de uma unidade ou de um conteúdo. Seu objetivo principal é identificar os conhecimentos prévios dos estudantes, suas dificuldades e potencialidades, possibilitando ao professor traçar estratégias pedagógicas mais eficazes.

A avaliação formativa é processual, contínua e orientada para o acompanhamento da aprendizagem durante todo o percurso escolar. Ela possibilita

intervenções pedagógicas oportunas, permitindo que o estudante avance com autonomia.

A avaliação somativa ocorre ao final de um processo ou período de aprendizagem, com a finalidade de verificar o que foi aprendido em relação aos objetivos propostos. Ela se expressa por meio de notas ou conceitos e serve para tomadas de decisão institucionais, como promoção ou retenção.

Segundo Scriven (1967), a avaliação somativa é aquela que “sintetiza os resultados da aprendizagem, possibilitando julgamentos sobre a eficácia do processo”. No entanto, seu uso deve ser equilibrado e articulado às demais formas de avaliação para que não reduza o estudante a números.

A avaliação comparativa analisa o desempenho do estudante em diferentes momentos ou em relação a determinados padrões (internos ou externos). Essa modalidade deve ser utilizada com cautela para evitar práticas classificatórias ou excludentes. Como alerta Esteban (2002), "a comparação é válida se contribuir para a análise crítica do processo e para a tomada de decisões pedagógicas que respeitem as especificidades de cada realidade"

A avaliação para a aprendizagem deve reunir diferentes modalidades avaliativas de forma integrada e consciente, respeitando os tempos e os ritmos dos estudantes. A prática avaliativa deve ser coerente com os princípios do Projeto Político Pedagógico da escola, orientada por critérios claros e voltada à valorização do percurso de cada aluno.

O **Conselho de Classe** da escola se torna um órgão permanente, pois além de se reunir no final do ano letivo, também se reúne, formalmente, ao mínimo por duas vezes no decorrer das etapas letivas, mais especificamente nos pré-conselhos definidos no Calendário Letivo da Rede Municipal.

O **Plantão Pedagógico** é um momento institucional previsto no calendário escolar, destinado ao diálogo entre escola, professores, estudantes e famílias, com o objetivo de acompanhar o processo de ensino e aprendizagem. Trata-se de uma estratégia que permite a escuta ativa das dificuldades, avanços e necessidades dos alunos, promovendo o alinhamento entre as ações pedagógicas e o percurso individual de cada estudante.

Durante o plantão pedagógico, os professores disponibilizam horários específicos para conversar com os responsáveis, apresentar os resultados das avaliações, discutirem o comportamento, o rendimento escolar e traçar estratégias

conjuntas de apoio à aprendizagem. É, portanto, um espaço privilegiado de orientação, acolhimento e corresponsabilidade entre família e escola, contribuindo diretamente para o fortalecimento do vínculo escolar e a melhoria da qualidade do ensino.

Em conformidade com a legislação educacional vigente, as escolas da Rede Municipal de Ensino de Anguera são orientadas a planejar e implementar ações específicas de **recomposição da aprendizagem**, com foco nos estudantes que apresentam baixo rendimento nas avaliações. Essas ações têm como objetivo garantir o direito à aprendizagem, promovendo intervenções pedagógicas intencionais, contínuas e adaptadas às necessidades dos alunos, de modo a recuperar e fortalecer os conhecimentos essenciais não consolidados ao longo do processo escolar.

A recomposição é prevista em 3 (três) momentos, a priori, a primeira no começo do ano focando nas habilidades que não foram atingidas e foram reveladas com a avaliação diagnóstica ; a segunda logo após o primeiro pré-conselho, onde é feito o levantamento da criticidade com base nos relatos dos professores, já o terceiro momento é feito logo após o segundo pré-conselho, dando assim a oportunidade desse aluno que não está atingindo de alguma forma as metas, conseguir que as habilidades e as competências sejam atingidas.

A Rede Municipal de Ensino de Anguera estabelece os seguintes instrumentos avaliativos no âmbito da Educação Infantil:

Registros Diários: Produzidos diariamente pelo professor em forma de anotações, a partir das observações das propostas de atividades realizadas com e pelas crianças, a respeito do que foi apresentado e como se inseriram no processo, como meio de manter as memórias das experiências vividas e fornecer elementos que enriqueçam posteriormente a elaboração dos relatórios.

Essas observações e registros oportunizam conhecer e acompanhar cada criança em seus aspectos físicos, cognitivos, afetivos e sociais, seus modos de ser e agir. Para isso, torna-se fundamental que o professor anote o nome da criança, idade, local e horário do que está sendo observado. Além das anotações, existem outras formas de registros como gravação das falas, vídeos, fotografias e atividades realizadas pelas próprias crianças.

Avaliação Diagnóstica: Ferramenta que ajuda a mapear os conhecimentos prévios trazidos pela criança, realizada logo nos primeiros dias do ano letivo. Essa

avaliação tem como objetivo conhecer o desenvolvimento da criança e também possibilitar ao professor um planejamento significativo com base nas informações obtidas.

Os modelos adotados pela Rede Municipal são os seguintes:

- Evolução do Desenho (Creche - grupos 02 e 03)
- Evolução da Escrita (creche grupo 03)
- Evolução do Desenho (Pré-escola - grupos 04 e 05)
- Atividade Diagnóstica: Leitura e Escrita / Letramento Matemático (Pré-escola - grupos 04 e 05).

É importante ressaltar, que logo no final primeiro semestre todas as escolas de educação infantil da Rede realizarão um questionário de autoavaliação do professor, conforme orienta o DCRM “objetivando despertar reflexão e análise sobre suas práticas, no sentido de colaborar para o desempenho da ação pedagógica [...]”.

Essa autoavaliação é um instrumento que permitirá a partir da auto reflexão do professor, a construção de um trabalho mais consciente e efetivo, ao longo do período letivo.

Portfólio: Instrumento importante que serve para comunicar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças. Caracteriza-se por registrar diferentes momentos e vivências da criança na instituição. De acordo Shores e Grace (2001) no livro Manual do Portfólio “os portfólios são definidos como uma coleção de itens que revela, conforme o tempo passa os diferentes aspectos do crescimento e do desenvolvimento de cada criança” (p. 43).

Sendo assim, nele devem constar as produções que mais fizeram sentido para a criança, revelando suas habilidades e evidenciando suas aprendizagens. Existem vários tipos de portfólio, no entanto na Educação Infantil da Rede destacaremos os seguintes:

- **Portfólio de Aprendizagem:** Esse portfólio vai armazenando todas as produções das crianças durante cada etapa letiva. No final de cada etapa deverá ser entregue as famílias nos respectivos plantões pedagógicos.
- **Portfólio Demonstrativo:** Esse modelo contempla as atividades mais significativas e que mais evidenciam o desenvolvimento das crianças durante todo o ano letivo, constando os registros mais relevantes das observações relacionadas as imagens que revelem a aprendizagem da criança nas propostas selecionadas. Este

portfólio poderá ser entregue as famílias no plantão pedagógico no final do ano letivo.

Vale ressaltar, que o Portfólio é muito mais que uma coleção de atividades produzidas pelas crianças, é um meio de promover a reflexão e reorganização do planejamento a partir das informações colhidas, orientando as ações pedagógicas com foco no desenvolvimento das aprendizagens da criança.

Relatório Individual: Caracteriza-se como uma narrativa que tem como objetivo comunicar as aprendizagens, expressando avanços, conquistas e descobertas no processo educativo da criança, bem como relatar o processo vivido em sua evolução, dando visibilidade tanto ao seu desenvolvimento e aprendizagem quanto ao trabalho pedagógico realizado.

O relatório deve ser fruto dos registros diários feitos pelo professor, devendo manter consonância com o Portfólio. Ao redigir o relatório individual da criança, o professor deve estar atento e relatar as aprendizagens dentro do contexto vivido, as características de desenvolvimento da criança a partir das interações, brincadeiras e mediações, refletindo sobre as experiências que foram oportunizadas.

A elaboração dos relatórios será consolidada no final de cada etapa letiva. Estes deverão ser socializados com os pais ou responsáveis pela criança, até 15 dias corridos a partir do término das etapas previstas no calendário letivo.

O momento oportuno é o plantão pedagógico, para que tenham conhecimento do desempenho da criança e do trabalho realizado pela instituição, que deverá anexar uma cópia na pasta de documentos da criança e entregar outra cópia aos pais ou responsáveis junto com o portfólio de atividades desenvolvidas durante a etapa.

Assim, entende-se que a avaliação da Educação Infantil do Município de Anguera deve ser contínua, investigativa e cuidadosa, com informações que apresentem a trajetória da criança, respeitando suas diversidades e especificidades.

Adentrando no cenário da **Educação de Jovens e Adultos** o estudante da EJA espera da escola uma prática pedagógica que dialogue com sua realidade de vida. Por isso, a avaliação de suas aprendizagens deve ir além dos conhecimentos acadêmicos ou sistematizados, valorizando também sua leitura de mundo, as experiências adquiridas ao longo da vida e o desenvolvimento de atitudes e habilidades necessárias à sua participação ativa na sociedade.

No que se refere à Avaliação do Rendimento Escolar na EJA, desde o Estágio I do 1º Segmento (equivalente ao 1º ano do Ensino Fundamental), a avaliação é expressa por notas que vão de zero a dez, seguindo os princípios da Avaliação Somativa. No entanto, os instrumentos avaliativos utilizados devem ser elaborados pelo professor com foco prioritário na Avaliação Formativa, que valoriza o processo de ensino e aprendizagem em sua totalidade, visando não apenas o domínio do conhecimento acadêmico, mas a formação integral do sujeito para o exercício pleno da cidadania.

3.3. AVALIAÇÃO EXTERNA

A avaliação externa constitui um dos principais instrumentos de monitoramento da qualidade da educação básica no Brasil, sendo fundamental para orientar políticas públicas, reorganizar práticas pedagógicas e promover equidade na aprendizagem.

Nesse cenário, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007, configura-se como um indicador sintético que reúne, em uma única medida, dois elementos igualmente relevantes para aferir a qualidade da educação: o desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, aferido pelo Saeb e o fluxo escolar, medido pelas taxas de aprovação. O indicador varia de 0 a 10 e representa, de forma objetiva, os resultados obtidos pelas redes e pelas escolas, permitindo comparações ao longo do tempo e entre territórios.

O SAEB, ao avaliar o desempenho dos estudantes por meio de exames padronizados, oferece subsídios importantes para compreender o nível de desenvolvimento das habilidades previstas na BNCC (2018), que define competências essenciais de leitura, escrita e raciocínio matemático como pilares formativos da Educação Básica.

Essas informações são fundamentais para o acompanhamento contínuo das aprendizagens, a recomposição de saberes e o fortalecimento de práticas pedagógicas contextualizadas, contribuindo para o alcance da meta de alfabetização das crianças na idade certa, conforme estabelece o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, do qual o município participa em regime de colaboração.

Os resultados do SABE assumem especial relevância para o trabalho pedagógico do Núcleo Regionalizado B, pois permite identificar avanços e

fragilidades, orientar formações docentes, fortalecer o planejamento coletivo e reorganizar estratégias de ensino alinhadas às competências específicas de língua portuguesa e matemática estabelecidas na BNCC.

Tanto o DCRB quanto o DCRM reforçam que a avaliação de alfabetização deve ser contínua, processual e articulada com intervenções pedagógicas eficazes, assegurando que cada estudante desenvolva plenamente as habilidades de leitura, escrita e resolução de problemas, fundamentais para sua progressão escolar.

Nesse sentido, a articulação entre IDEB, SAEB e SABE fornece um panorama amplo e integrado acerca da qualidade da educação ofertada no município.

Os indicadores externos apóiam a escola na compreensão de seus resultados, possibilitando a elaboração de metas realistas, a construção de estratégias coletivas e a promoção de um currículo alinhado às necessidades reais dos estudantes e às diretrizes da BNCC, DCRB e DCRM. Mais do que números, esses instrumentos constituem ferramentas pedagógicas que fortalecem o compromisso com uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade social, orientada para garantir o direito à aprendizagem de todos os estudantes.

Em 2025, o município de Anguera realizou com destaque a 4ª edição da OBMEP Mirim, a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas para os anos iniciais (do 2º ao 5º ano). 11 escolas da Rede Municipal de Ensino participaram da etapa local, entre elas o Núcleo Regionalizado B, envolvendo de forma ampla e entusiasmada os estudantes dessa faixa etária.

A 2ª fase da OBMEP Mirim, realizada em 11 de novembro de 2025, mobilizou 98 alunos classificados na etapa anterior, que se destacaram nas provas de raciocínio lógico e competências matemáticas, sob acompanhamento de professores e coordenadores pedagógicos.

A OBMEP Mirim tem como objetivo incentivar o interesse pela Matemática desde os primeiros anos, estimular o raciocínio lógico, fortalecer a aprendizagem significativa e valorizar a dedicação dos alunos por meio de desafios que ampliam sua confiança e seu gosto pelo conhecimento.

Esse projeto consolidou-se como uma ação pedagógica importante para o currículo do Núcleo Regionalizado B, conectando os eixos da BNCC com práticas avaliativas e celebrativas, promovendo uma cultura escolar que valoriza a matemática de forma lúdica, criativa e integrada ao cotidiano dos estudantes.

O município também realizou nesse corrente ano a Avaliação SIGA - Sistema Integrado de Gestão da Avaliação como parte do acompanhamento contínuo da aprendizagem dos estudantes da Rede Municipal de Ensino. As provas foram aplicadas no dia 29 de maio para os alunos do 5º e 9º ano, com o objetivo de diagnosticar o desempenho dos estudantes nos descritores de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática, proporcionando indicadores que orientem ajustes imediatos no planejamento pedagógico e no trabalho em sala de aula.

A Avaliação SIGA é uma avaliação interna consolidada na política de acompanhamento educacional da rede, cuja finalidade é verificar os níveis de aprendizagem, identificar pontos fortes e dificuldades, e subsidiar intervenções pedagógicas contextualizadas e eficazes. Os resultados dessa avaliação permitem que gestores e professores tomem decisões mais assertivas sobre os conteúdos que precisam de reforço e adaptem suas práticas às necessidades reais dos estudantes.

Essa avaliação dialoga com as diretrizes do Documento Curricular Referencial Municipal - DCRM e com os princípios da BNCC, pois busca garantir aprendizagens essenciais e promover o desenvolvimento integral dos alunos, articulando avaliação, ensino e currículo de maneira contínua e formativa.

A utilização dos dados do SIGA no planejamento pedagógico fortalece a cultura de monitoramento da aprendizagem no Núcleo Regionalizado B, contribuindo para uma educação mais equitativa, contextualizada e orientada pela realidade das turmas e das comunidades escolares de Anguera.

3.4. OS TEMAS INTEGRADORES

Educação em Direitos Humanos

As lutas dos movimentos sociais pela valorização da vida, respeito às diversidades e as liberdades individuais e coletivas impulsionaram o processo de redemocratização do país consagrado pela Constituição Cidadã de 1988 que visa garantir e assegurar os direitos de todos.

O Plano de Educação em Direitos Humanos (2006, p.13) aponta os seguintes princípios norteadores da educação em Direitos Humanos:

São princípios norteadores da educação em direitos humanos na educação básica:

- a) a educação deve ter a função de desenvolver uma cultura de direitos humanos em todos os espaços sociais;
- b) a escola, como espaço privilegiado para a construção e consolidação da cultura de direitos humanos, deve assegurar que os objetivos e as práticas a serem adotados sejam coerentes com os valores e princípios da educação em direitos humanos;
- c) a educação em direitos humanos, por seu caráter coletivo, democrático e participativo, deve ocorrer em espaços marcados pelo entendimento mútuo, respeito e responsabilidade.

Assim, as escolas do Núcleo Regionalizado B devem reunir forças no sentido de sensibilizar toda a comunidade escolar, para poder se envolver na defesa desses direitos em suas perspectivas individuais, coletivas, econômicas, políticas e culturais, com vistas à construção de uma sociedade mais justa, cujos princípios norteadores têm assento em valores humanos igualitários, inclusivos e democráticos.

Pensando nas diversas etapas e na modalidade de ensino (EJA) que integram o fazer educativo do Núcleo Regionalizado B, articulamos atividades diversas, junto ao Projeto Direitos Humanos na Escola, que vão desde a explanação dos direitos e deveres das crianças estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) até aos conteúdos preestabelecidos pela Constituição Federal de 1988 que definem os direitos e deveres para a promoção da vida em sociedade.

Durante a implementação do referido Projeto, vamos ampliá-lo com o desenvolvimento de atividades que viabilizem a confecção de cartazes, a produção de vídeos informativos produzidos pelos próprios alunos, faremos o compartilhamento de textos que contemplem cada modalidade de ensino presente em nosso Núcleo, além do trabalho com os conhecimentos prévios através do incentivo a pesquisa como forma de ampliar a participação do nosso alunado, com o intuito de formar e informar cada educando que integra a nossa instituição.

É primordial que a escola impulsione mudanças e repensar atitudes, fazendo com que o educando, assim como a comunidade escolar como um todo, aproprie-se de conhecimento burocrático acerca do seu cotidiano e o papel que os mesmos exercem na sociedade.

Educação para a diversidade

A escola, entre outros espaços sociais, é um território onde a diversidade humana é temática latente, candente, entremeada por contornos áridos e práticas sociais contraditórias e muitas vezes tensionadas. Ela tende a reafirmar predileções históricoculturais, veladas ou declaradas, de valores, atitudes e conhecimentos, ditos socialmente aceitáveis ou “politicamente corretos”.

A este respeito, Costa (2014, p. 5) destaca que:

A diversidade tem ligação estreita com igualdade, um dos princípios do estado democrático. Portanto, em educação, é fundamental que os profissionais tenham condições para reconhecer a heterogeneidade social e o direito que todos têm, mediante a equidade no tratamento dos diferentes grupos sociais. A equidade revela que a diferença entre os diversos grupos sociais não deveria comprometer a igualdade de direitos, pois as diferenças não podem se converter em desigualdades.

Para tanto, as escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B se constituem como espaços promotores de: afetos, curiosidade, criatividade, sonhos, produção e fruição da arte, da cultura e da ciência, inovação, solidariedade, saúde, autonomia, cidadania, acolhimento, inclusão e felicidade, cumprindo assim o seu papel de formar cidadãos integrais e integrados, livres, criativos, críticos, autônomos e responsáveis.

Assim, implementaremos o Projeto Diversificando, no qual serão desenvolvidos atividades práticas e lúdicas, envolvendo a produção artística de quadros informativos acerca dos diversos tipos de assuntos que englobam a temática, desde a diversidade cultural, enfatizando e ressaltando os elementos culturais da nossa região até os aspectos que dizem respeito aos elementos sócio-históricos da nossa sociedade e dos mais presente em cada sala de aula, com o intuito de orientar os nossos educandos que ser diferente é perfeitamente normal e necessário, enfatizando que o respeito é sempre a melhor alternativa.

Desse modo, os profissionais atuam na perspectiva de valorizar a diversidade existente na comunidade que chegam aos nossos ambientes educativos, através do respeito às diversas identidades culturais a que os educandos e seus familiares pertencem. Nesse intuito, as atividades pedagógicas buscam o desenvolvimento do respeito com relação as diversidades étnicos raciais, a sexualidade e gênero, prezando pela valorização da pessoa humana sujeita de direitos e deveres perante a

sociedade, deixando claro que para cada ação há uma consequência, como em casos de crimes de injúria racial.

Educação para o trânsito

A educação para o trânsito visa incentivar os alunos a desenvolverem hábitos e comportamentos seguros, traduzir conhecimento em ação, para intervir em seu ambiente por meio da observação, experiência e situações encontradas no cotidiano com interpretações críticas do mundo em que vivem.

O DCRB (2020, p. 80) aponta que:

Todas as experiências em Educação para o Trânsito de crianças, jovens, adultos e idosos objetivam conscientizá-los para conviver no espaço viário e formar cidadãos que respeitem a legislação e não se envolvam em acidentes de trânsito. Não se pode tratar esse tema apenas como um caráter informativo. É necessário que ele faça parte da construção do conhecimento da criança, do jovem, do adulto e do idoso.

Dessa maneira, entende-se que para formar o cidadão para o trânsito, faz-se necessário, a priori, a transformação de posturas/hábitos contraídas ao longo dos anos e a formação dos novos cidadãos, para que assim, possa se ter um trânsito seguro.

Dentro desse Tema Integrador, é necessário chamar atenção para as estatísticas dos acidentes de trânsito, tais como também para a violência que alarmadamente cresce, fazendo assim que o percentual de mortes entre crianças e adolescentes seja assustadoramente ascendente.

Diante da relevância do tema, cada escola do Núcleo Regionalizado B em parceria com a (CONCEF) concessionária que administra a BA 052, desenvolve ações de conscientização e preservação ambiental, bem como orientações sobre as placas e sinalização de trânsito na rodovia próxima as escolas, além de campanhas educativas, sobre álcool e direção, etc.

Além da ação informativa, buscamos desenvolver no Projeto Trânsito Legal, práticas educativas que visem com a colaboração no trânsito, o respeito as placas de sinalização, conscientização de boas condutas tanto para os pedestres quanto para os condutores, no sentido de tornar os alunos propagadores do conhecimento.

É essa educação que o Município de Anguera busca incutir em seu currículo, e propagar tais ideias para a comunidade como um todo, para que se tenha um trânsito, no qual sobressaia o respeito pelo pedestre e exerçam práticas conscientes

e educativas, da mesma forma, que o pedestre guarde aquilo que lhe é de direito, mas, sobretudo o que lhe é dever, respeitando aos locais de travessia, as faixas de pedestre etc.

Saúde na Escola

A saúde, enquanto direito, é inerente a todos sem distinção de raça, etnia, gênero, religião ou condição socioeconômica, sendo dever do Estado garanti-la, mediante “políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos bem como o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Segundo dados da Secretaria de Saúde, os problemas que estão no mapa referencial do Município são: Doenças crônicas não transmissíveis e fatores de risco como sobrepeso/obesidade e sedentarismo; violências e causas externas; transtornos mentais; uso abusivo de drogas; doenças do aparelho respiratório; cardiovascular; infecciosas.

Ainda existem as doenças em decorrência dos determinantes sociais como desemprego, mobilidade urbana, saneamento básico; neoplasias e lesões. Além disso, lida com os altos índices de usuários de drogas tornando-se um grande dilema para a saúde pública.

As práticas pedagógicas desenvolvidas pelos profissionais das escolas do Núcleo Regionalizado B, adotam procedimentos que tenham como base a formação humanística, agenciando situações de aprendizagens contextualizadas que considerem o desenvolvimento de competências autoras de saúde, como o autoconhecimento, o autocontrole, a autoestima, a autorresponsabilização, a autonomia, a consciência social, entre outros, voltados à formação integral e ao enfrentamento de vulnerabilidades sociais que comprometam o pleno desenvolvimento dos estudantes.

Desse modo faz-se necessário orientar os estudantes sobre a importância da alimentação saudável, bem como desenvolver um projeto que envolva os alunos no plantio e cuidados sanitários com a horta. Neste sentido, a escola tem a pretensão de implementar o Projeto de Horta Escolar, com o objetivo de promover a aprendizagem interdisciplinar, incorporando a educação ambiental, contribuindo para melhorar o processo de ensino-aprendizagem e reforçar o tema do desenvolvimento

sustentável, com a possibilidade de os alunos levarem esta proposta para casa e replicarem o projeto para melhorar a qualidade de vida das suas famílias.

Para além de boas práticas alimentares é importante ressaltar o fortalecimento da parceria com a Unidade Básica de Saúde, tendo como alvo medidas de promoção da saúde, prevenção e cuidado no enfrentamento das vulnerabilidades que ameaçam o pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos das unidades escolares que compõem o Núcleo Regionalizado B.

Diante disso, a escola realiza orientações, através do Projeto Saúde na Escola atividades, seminários e palestras com os seguintes temas: alimentação saudável e prevenção da obesidade, práticas de higiene, avaliação da saúde bucal e aplicação de flúor, ações de combate ao *aedes aegypti*, prevenção ao uso das drogas ilícitas e lícitas, verificação e atualização da situação vacinal, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, entre outras temáticas de educação e saúde.

Ainda como intervenções pontuais nas unidades escolares preveem-se a necessidade de profissionais como: psicólogos, fonoaudiólogo, educador físico no intuito de promover o bem-estar físico e mental da comunidade escolar como um todo.

Educação Ambiental

A Educação Ambiental (EA), um dos Temas Integradores sugerido pela BNCC, é definida pela Lei Estadual nº 12.056/2011, como o conjunto de processos permanentes e continuados de formação individual e coletiva para a sensibilização, reflexão e construção de valores, saberes, conhecimentos, atitudes e hábitos, visando o desenvolvimento de uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que integra principalmente no que concerne à fauna, à flora e aos recursos hídricos.

As comunidades de Areias e Caraíbas encontram-se localizadas na zona rural, possuem grande quantidade de área verde, fauna e flora. Diante do atual cenário global, em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, dentre outros problemas, torna-se fundamental inserir no currículo o referido tema.

Nessa perspectiva, as escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B, visam o fortalecimento das seguintes ações, através do Projeto Ambientizando: preservação do meio ambiente, conscientização sobre o consumo da água, energia

elétrica, descarte adequado do lixo, bem como a separação dos resíduos, oficinas com materiais recicláveis e o reaproveitamento de alimentos, criação de horta escolar, plantio de árvores, no intuito de garantir uma sociedade responsável e conectada com a natureza.

Assim, nossa escola visa conscientizar os alunos, no sentido de conhecer os elementos que compõem o ambiente como uma extensão, inicialmente, da casa onde vivem e, posteriormente, como uma extensão de si mesmo, pois ao preservar a natureza, estamos preservando nossa própria existência.

Educação financeira e para o consumo

A Educação Financeira e para o Consumo é elemento-chave na formação de uma consciência em relação à responsabilidade social na busca da qualidade de vida das pessoas e do planeta. A educação é capaz de contribuir com as mudanças necessárias, como a formulação de uma nova mentalidade, novos hábitos.

Sendo assim, as unidades escolares que compõem o Núcleo Regionalizado B, percebem que na sociedade atual o TER prevalece sobre o SER, abrindo-se portas para a discussão sobre o consumo consciente e sobre o quê, como e por que consumimos.

Neste contexto, o tema integrador Educação Financeira e para o Consumo visa a construção e o desenvolvimento de hábitos financeiros consistentes, autônomos e saudáveis, para que os estudantes possam, tornar-se protagonistas de suas histórias, planejar e executar os seus projetos.

Ao incorporar a educação financeira desde a Educação Infantil desenvolvemos orientações quanto ao bombardeio sensacionalista das propagandas de TV e internet, situações que envolvam compras e vendas, raciocínio lógico, representação, valorização do ser em detrimento do ter, análise crítica de propagandas, comunicação e argumentação respeitando os diferentes segmentos, visando uma relação saudável com as finanças, potencializando a formação de cidadãos críticos e conscientes de suas responsabilidades sociais.

Prezamos por uma qualidade de vida tão buscada pela sociedade atual e esta se depara com o consumismo, às vezes desenfreado, como apontam os dados de inadimplência pelo Serasa.

Torna-se relevante a implementação do Projeto Minhas Finanças, no qual o professor orientará seus educandos, quanto ao consumo, as propagandas

publicitárias, abordando orientações sobre gerir e/ou mediar os recursos, transcendendo a questão restrita ao dinheiro, ou seja, não voltado para a aquisição de bens de forma compulsiva, mas para a constituição de cidadãos que reconheçam o caráter limitado dos recursos e, portanto, capazes de adquirir bens sem desconsiderar o desperdício e o descarte irresponsável.

Cultura Digital

A Cultura Digital está relacionada às transformações sociais decorrentes da inserção do advento tecnológico em meio aos novos hábitos de vida da sociedade, na qual a instituição escolar possui grande influência no papel de consolidação do sujeito enquanto agente individual e coletivo.

Pensando nessa conjectura, Silva e Anecleto (2019, p. 129) enfatizam que:

A escola, no contexto das TICs, das mídias digitais, é desafiada a constituir-se como espaço de formação de sujeitos capazes de responder às questões complexas da vida familiar e social, com capacidade crítica, olhares múltiplos, consciência histórica. E isso não se faz sem a necessária formação do sujeito emancipado.

Desse modo, entendemos que a inserção do ensino digital nas escolas é de suma relevância e devem ultrapassar o campo do uso manual da tecnologia, adentrando de maneira ampla no campo da vida social, pois essa é a função primeira da instituição escolar. No que concerne a adoção das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) como estratégias de ensino e aprendizagem, não pode se der de forma diferente.

O ensino agregado aos preceitos da Cultura Digital articula-se com qualquer outro componente curricular, como Arte, Educação, Filosofia, Sociologia, Ciências Naturais, etc., ultrapassando os aspectos meramente tecnológicos.

Segundo a BNCC (2018, p. 9) torna-se necessário:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Diante do leque de possibilidade ofertadas pelas TDICs, cabe aos docentes selecionar a partir das demandas que surgem na sala de aula os conteúdos que melhor se adéquem as reais necessidades e interesses dos educandos, buscando

utilizar as tecnologias de forma inovadora, despertando a curiosidade dos alunos por meio de tais recursos, além do uso crítico das TDICs.

Considerando a realidade das escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B, é necessário intervenções, através do Projeto Digitalizando com o intuito de possibilitar a ampliação do quantitativo de retroprojektor, notebook, aparelhos de som, pois a quantidade existente na escola sede do Núcleo não é suficiente para suprir as demandas. Para, além disso, necessitamos da construção de um laboratório de informática, da aquisição de equipamentos e profissionais capacitados, bem como formação continuada para os professores referente a utilização das tecnologias.

Educação Fiscal

O tema integrador Educação Fiscal, contribui de forma positiva com os processos de formação integral dos estudantes para que estes possam agir no meio social de maneira consciente quanto aos seus direitos e deveres enquanto cidadãos.

O Documento Curricular Referencial da Bahia (2020, p. 95) define Educação Fiscal da seguinte forma:

Processo educativo que visa à construção de uma consciência voltada ao exercício da cidadania, objetivando a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle social e fiscal do Estado, estabelecendo como norteadores de suas práticas os seguintes princípios: Ético da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum; Estético da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais; Político dos direitos e deveres da cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

Assim, o tratamento dos objetos de conhecimentos na sala de aula, alinhada às competências e habilidades previstas no planejamento feito pelo docente, podem contribuir com a interpretação, o entendimento das propriedades técnicas presentes nas normativas que norteiam as cargas tributárias, com a construção da opinião crítica e com o despertar de atitudes educativas diante de como lidar com o mundo dos impostos, taxas e da amplitude das noções que envolvem a Educação Fiscal.

Sabemos que o estudante dentro do contexto familiar, escolar estabelece relações de compras, negócios e vivencia o pagamento de taxas e impostos em situações que lhe envolvem através do seio familiar.

É de fundamental importância que o estudante entenda os processos fiscais que giram em torno dos produtos e serviços que costumam consumir, bem como

formular desenvolver uma consciência crítica acerca do assunto para estabelecer as relações justas entre seus direitos e deveres em meio a sociedade.

Assim, o Núcleo Regionalizado B projeta para o ano seguinte a inserção do ensino da E.F., pensando no contexto social dos educandos. Desse modo, discutiremos sobre a fiscalização dos recursos financeiros da escola. Outro ponto a ser trabalhado pelas escolas, dentro da temática da Educação Fiscal, é a consciência quanto ao fornecimento da Nota Fiscal pelo comércio, inclusive, a leitura de dados e informações pode ser aproveitada para elaborações de situações problemas que requer interpretação matemática e raciocínio lógico.

Diante da realidade social dos moradores da comunidade, acreditamos que os professores devem utilizar situações hipotéticas com informações e dados do orçamento familiar objetivando a construção de conhecimento sobre Declaração de Imposto de Renda, IPTU, ITR.

Outra possibilidade, a partir da observação de fatos e acontecimentos que se presencia na sociedade, é a abordagem com foco em cenários de crises econômicas, políticas de preço, escândalos de corrupção que ferem a ética.

3.5. TENDÊNCIA PEDAGÓGICA

A escola se organiza a partir da pedagogia libertária de Paulo Freire, compreendendo a educação como prática da liberdade e como processo de conscientização. Nosso compromisso é formar sujeitos críticos, capazes de ler o mundo e transformá-lo, valorizando suas raízes culturais, sociais e históricas. Inspirados em Paulo Freire, adotamos uma prática pedagógica baseada no diálogo e na problematização. O currículo não é imposto, mas construído coletivamente, partindo das experiências de vida dos educandos e da comunidade.

A opção pela pedagogia libertária de Paulo Freire como princípio orientador do ensino da Escola se fundamenta na necessidade de uma educação que vá além da transmissão de conteúdos e que se comprometa com a transformação social, pois “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1989, p.11).

Historicamente, as populações do campo foram marginalizadas e tiveram seus saberes desvalorizados. A pedagogia freireana reconhece que todo conhecimento nasce da prática social e que a escola deve ser espaço de diálogo entre os saberes populares e os conhecimentos científicos.

Assim, a escolha dessa tendência pedagógica se justifica pela educação como prática da liberdade, valorização da cultura camponesa, respeitando e fortalecendo a identidade camponesa, reconhecendo os saberes da agricultura familiar, da vida comunitária e das tradições locais.

A participação democrática, também é um dos princípios dessa tendência, pois a pedagogia libertária promove uma gestão escolar participativa, onde estudantes, famílias e comunidade têm voz ativa na construção do currículo e das práticas educativas, por fim, a formação crítica e cidadã de pessoas conscientes, capazes de analisar criticamente a realidade e atuar para transformá-la.

Fundamentada nesses princípios a escola assume o compromisso social de ser espaço de resistência e emancipação, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Acreditamos que a educação libertária é caminho para superar opressões e promover a dignidade humana, especialmente no contexto rural, historicamente marcado por desigualdades.

Portanto, a escolha da pedagogia libertária de Paulo Freire reafirma o compromisso da Escola com uma educação emancipadora, que não se limita ao ensino de conteúdos, mas que busque formar sujeitos críticos, criativos e engajados na construção de um futuro melhor para si e para sua comunidade.

3.6. ATIVIDADE COMPLEMENTAR (AC)

As Atividades Complementares (AC) integram a política educacional da Rede Municipal de Anguera e constituem um momento formativo obrigatório, previsto no regimento escolar e realizado semanalmente com os professores. Sua finalidade é qualificar o ensino e fortalecer a aprendizagem dos estudantes, articulando planejamento, acompanhamento pedagógico e formação continuada.

Nos encontros de AC, a equipe docente, com o apoio da coordenação pedagógica e da gestão escolar, analisa a frequência e o desempenho dos alunos, identifica dificuldades de aprendizagem, discutem metodologias, instrumentos avaliativos e organiza o planejamento das aulas. Esse espaço também é utilizado para alinhar projetos, ações pedagógicas e estratégias de enfrentamento à evasão e à irregularidade na frequência.

O AC se caracteriza como um espaço de estudo, troca de experiências e tomada de decisões pedagógicas, no qual são analisados registros avaliativos, portfólios e relatórios de desempenho, contribuindo para uma avaliação contínua e formativa, articulada aos pré-conselhos de classe e aos plantões pedagógicos.

Dessa forma, as Atividades Complementares asseguram a qualidade do trabalho pedagógico, promovem a unidade de ação entre professores e gestão e fortalecem o compromisso da escola com a formação integral, a inclusão e o sucesso escolar dos estudantes.

3.7. PERFIS ESPERADOS DO PROFESSOR E DO ALUNO

Perfil do Professor

O professor exerce uma função social essencial como mediador do conhecimento, articulando os conteúdos escolares aos saberes prévios dos estudantes e ao contexto social, cultural e comunitário em que estão inseridos. Sua atuação é orientada por valores éticos, respeito à diversidade e compromisso com a aprendizagem significativa.

A prática docente exige habilidades para estimular a participação, promover atividades dinâmicas e valorizar as diferentes formas de expressão dos alunos, fortalecendo a autonomia e o pensamento crítico. O professor atua como facilitador, orientador e pesquisador, incentivando o estudante a assumir papel ativo em seu processo de aprendizagem.

No Núcleo Regionalizado B, os docentes participam de forma colaborativa dos momentos de planejamento e estudo, trabalham em equipe, respeitam os ritmos e experiências dos alunos e mantêm abertura ao diálogo com colegas, estudantes e comunidade escolar. Essa postura reforça o compromisso com a formação continuada e com a qualidade do trabalho pedagógico.

Perfil do Aluno

As escolas do Núcleo Regionalizado B adotam uma concepção de educação baseada no diálogo e na valorização da experiência dos estudantes, compreendendo-os como sujeitos ativos na construção do conhecimento. O

processo de ensino-aprendizagem ocorre de forma participativa, por meio da problematização, da investigação e da interação entre alunos e professores.

Considerando que o Núcleo Regionalizado B atende à Educação Infantil, aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e à EJA, reconhece-se a diversidade de perfis e trajetórias dos estudantes. Na Educação Infantil, o foco está no desenvolvimento das habilidades cognitivas e socioemocionais por meio de interações e brincadeiras intencionalmente planejadas.

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), o estudante é compreendido como sujeito histórico e de direitos, portador de saberes construídos em suas vivências sociais, familiares e profissionais. A escola busca ampliar seus horizontes, fortalecer a cidadania e promover a inclusão, respeitando a diversidade de idades, histórias e condições sociais presentes nesse público.

4. ETAPAS DO ENSINO

4.1. EDUCAÇÃO INFANTIL

Segundo a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Artigo 29, a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Neste sentido, movimentos sociais vêm sendo intensificados em busca de novas concepções que garantam a qualidade no atendimento da Educação Infantil. Nesta trajetória, o Núcleo Regionalizado B, caminha em busca de uma Educação Infantil que valoriza a infância e as culturas próprias das crianças, garantindo o desenvolvimento integral, bem como a socialização e a interação em seus pares e diferentes grupos culturais, ampliando seus conhecimentos e descobertas de mundo.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), em seu Artigo 4º, definem a criança como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

De acordo com as diretrizes nacionais para a educação infantil, vemos cada criança como um sujeito histórico de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, interroga e constrói significados sobre a natureza e a sociedade produzindo cultura.

As crianças das nossas escolas são sujeitas repletas de saberes e muitas curiosidades sobre a vida, o mundo, enfim tudo que as rodeia. Desta maneira, as escolas do Núcleo Regionalizado B busca proporcionar a este grupo as mais variadas experiências e vivências que asseguram o desenvolvimento integral da criança. Descrever as crianças que constituem a nossa escola é uma tarefa difícil, pois em cada personalidade, em cada maneira de agir, falar, de olhar, elas manifestam o quanto são diferentes, o quanto sabem e o quanto desejam aprender.

Por isso, o grupo de professoras da Educação Infantil do Núcleo Regionalizado B, busca em seu cotidiano conhecer e ter contato com a família, saber um pouco da história dessa criança que chega ao espaço escolar e traz com ela uma imensa bagagem de experiências, saberes, angústias e medos.

Além das características individuais de cada criança, os aspectos sócio-econômicos também se diferenciam, sendo em sua grande maioria, famílias pertencentes aos filhos de agricultores. Muitas das crianças ainda não têm acesso aos diferentes meios culturais, suas vivências ficam entre aquelas que são essenciais para a infância: brincar, correr, contato com a natureza, interação com outras crianças etc.

Para tanto, é fundamental que as escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B, assegurem em seus espaços que as crianças vivam suas infâncias com dignidade e sejam respeitadas nas suas maneiras de ser e agir. Os primeiros anos de vida da criança são fundamentais para o seu desenvolvimento físico, emocional e cognitivo, que serão os alicerces para a sua aprendizagem e interação com o mundo físico e social.

4.1.1. Creche

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9394/96), intitula a instituição de ensino infantil que atende crianças de 0 a 3 anos de idade de Creche e Pré-Escola a instituição que atende crianças de 4 a 5 anos de idade.

O início da vida na creche, na maioria das vezes, é o primeiro momento de separação entre a criança e sua família, é quando se inicia a construção de novos vínculos afetivos, seja com outros adultos ou crianças, o que favorece a ampliação das experiências de exploração de mundo, experimentando diferentes espaços e ambientes a partir de uma situação de socialização mais estruturada.

A concepção que vincula educar e cuidar como parte integrante vem se consolidando fortemente nas últimas décadas pela necessidade e entendimento de que as creches e pré-escolas desempenham um papel fundamental no acolhimento das vivências e conhecimentos construídos desde o nascimento das crianças, a partir das suas interações no ambiente familiar, no meio cultural e comunitário da qual está inserida.

Dessa forma, as escolas do Núcleo Regionalizado B, articulam esses saberes construídos pelas crianças por meio de outras experiências, que deverão configurar situações desafiadoras e estimulantes para favorecer o desenvolvimento de habilidades e específicas de cada fase de desenvolvimento da criança, sendo respeitados seus limites e ritmos próprios e, diversificando e consolidando novas aprendizagens que irão complementar a educação familiar, principalmente a socialização, o desenvolvimento da autonomia e da comunicação.

Nesse sentido, o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família se faz necessária no sentido de potencializar as aprendizagens e promover o desenvolvimento da criança. Portanto, quando um educador estimula as crianças a sentarem à mesa e comer com seus pares, além da socialização e construção de vínculos, elas também aprendem a cuidar de si mesmas, desenvolver hábitos alimentares e hábitos específicos da cultura local.

4.1.2. Transição da Creche para a Pré-Escola

O início da vida escolar das crianças, e suas famílias, é considerado um período de extrema adaptação. Quando a criança é inserida na escola pela primeira vez, é preciso compreender todas as suas reações e comportamentos tais como: tristeza, alegria, isolamento, choro, sorrisos e outros.

Assim, as escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B, em especial os professores dessas crianças novas na vida escolar, planejam estratégias e atividades de acolhimento e bem estar, promovendo experiências que envolvam a família e as crianças, dando-lhes confiança em permanecer no ambiente escolar, conhecendo aos poucos o trabalho realizado.

No entanto, cabe lembrar que todos os profissionais da escola são responsáveis pelo acolhimento das crianças, assim as formas de receber as crianças e suas famílias devem ser planejadas com antecedência à chegada delas, e que a escuta e o olhar atento às necessidades e interesses desses sujeitos após sua chegada à instituição são o melhor caminho para esse período de inserção na educação infantil.

A transição da creche para a pré-escola nas escolas do Núcleo Regionalizado B, acontece de forma tranquila, pois os alunos continuam estudando na mesma escola, mudam apenas de professora.

4.1.3 Pré-escola

A educação pré-escolar, destinada às crianças dos 4 aos 5 anos, tem objetivo de desenvolvimento integral do educando. A organização curricular originada pela BNCC na Educação Infantil está constituída em cinco campos de experiências, no contexto dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

Os campos de experiências estabelecem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural.

No que se refere aos Temas Integradores, as escolas da educação Infantil do Núcleo Regionalizado B, buscam fazer com que a aprendizagem seja dotada de sentido e significado, estabelecendo ligação entre os campos de experiências.

Levando em conta a diversidade em todo o território baiano, outros temas podem ser acrescentados ao currículo escolar, desde que exigem o cuidado e atuação constantes de toda a comunidade, transversalizando e integrando o “Currículo Vivo” da escola, explicitado na parte prescritiva ou formal, considerando as intenções e os conteúdos educativos, evidenciado as relações interpessoais dos integrantes da comunidade escolar, pautadas no respeito e na convivência com a diversidade.

4.2. ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Fundamental é a etapa mais longa de toda a Educação Básica, possuindo nove (09) anos de duração. Deve ser vista com atenção pelas escolas, já que é a fase em que a criança vai amadurecendo até se tornar um adolescente, formando seu caráter e reunindo conhecimento de mundo.

Em sua trajetória, o Ensino Fundamental compreende duas fases: Anos Iniciais: 1º ao 5º Ano, sendo considerada como faixa etária de idade correspondente, 06 aos 10 anos e Anos Finais: 6º ao 9º Ano, sendo considerada como faixa etária de idade correspondente, 11 aos 14 anos.

A Portaria SEC Nº 02/2010, que regulamentou o Ensino Fundamental de 09 Anos na Rede Municipal de Ensino de Anguera, considera que o currículo desta etapa da Educação Básica deve garantir às crianças e adolescentes:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores que fundamentam a sociedade;
- III - a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - o fortalecimento dos vínculos da família, dos laços da solidariedade humana e de respeito recíproco em que se assenta a vida social. (Artigo 13, Portaria SEC Nº 02/2020).

Ampliando a visão original do Ensino Fundamental de 09 Anos, o DCRM de Anguera se baseia na BNCC, referente as dez (10) competências do ensino que requer articulação entre o currículo e a prática no cotidiano escolar.

Minuciosamente, norteia o processo de ensino e aprendizagem a partir de objetos do conhecimento, sendo que o planejamento deve ter como ponto de partida as habilidades essenciais a serem exploradas na sala de aula, como o domínio da leitura, escrita, cálculos matemáticos, a compreensão do ambiente natural e social, o fortalecimento dos vínculos familiares e o desenvolvimento das habilidades socioemocionais.

Desse modo o Plano Municipal de Educação (2015) de Anguera prevê a universalização do Ensino Fundamental para crianças, adolescentes e jovens:

META 11 - universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

Na proposta do Ensino Fundamental, as escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B adotam o currículo da Rede Municipal de Ensino o qual promove a oferta dos componentes da Base Nacional Comum Curricular, inserindo, de forma transversal, conhecimentos locais e regionais.

4.2.1. Anos Iniciais

O Ensino Fundamental - Anos Iniciais partindo da premissa em considerar os interesses e necessidades das crianças no processo de desenvolvimento das aprendizagens (escrita, leitura e cálculo), a percepção dos valores pessoais e sociais, a compreensão de solidariedade, tolerância, vínculos familiares e comunitários, bem como à ampliação da visão de mundo, tendo como referência o local de vivência.

A este respeito, a BNCC (2018, p. 57) estabelece que:

A BNCC do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimento.

Assim, formar a criança nos Anos Iniciais em sua globalidade corresponde diretamente ao desenvolvimento das competências e habilidades, que os permitam tornarem-se críticos, criativos, sendo autônomos na vida social, além da compreensão das informações e protagonistas na construção do conhecimento.

Ainda, nos Anos Iniciais é importante desenvolver um trabalho alinhado às práticas pedagógicas em que o ambiente escolar, seja organizado por meio dos interesses e necessidades de aprendizagem apresentados pelos alunos, vislumbrando suas vivências, na compreensão que é fundamental ampliar as operações cognitivas, através de mobilizações pedagógicas, no intuito de que possam desenvolver o aprendizado esperado.

Neste movimento, é importante ressaltar que as crianças nos Anos Iniciais estão vivenciando mudanças em seu processo de desenvolvimento referentes à autonomia, oralidade, os usos sociais da escrita e da matemática, a escrita alfabética, os signos matemáticos, a afirmação de sua identidade, os registros artísticos, midiáticos, formas de representação do tempo e espaço, bem como, o pensamento criativo, lógico e crítico, etc. Nesse contexto, é necessário desenvolver um trabalho pedagógico que valorize os conhecimentos prévios das crianças, no sentido de conduzi-los a novas aprendizagens.

Nos Anos Iniciais, especificamente nos dois primeiros anos, o processo de alfabetização deve ocorrer por meio de ações pedagógicas que permitam que, as crianças se apropriem do sistema de escrita alfabética, das habilidades de leitura e escrita de forma articulada, assim como práticas diversificadas de letramento.

No decorrer dos demais anos que compõem os Anos Iniciais deve acontecer à ampliação das práticas de linguagens, da autonomia intelectual, relação com a natureza, com as tecnologias, a cultura, dentre outros, bem como a consolidação das diversas aprendizagens.

Assim, é fundamental desenvolver uma prática educativa de qualidade nos Anos Iniciais, comprometida com o direito ao pleno desenvolvimento humano,

levando em consideração o trabalho pautado na ampliação e consolidação das aprendizagens, respeitando as especificidades de cada criança nessa etapa educacional.

4.2.2. Transição da pré-escola para o 1º ano

Uma transição tranquila e que segue as orientações da Base Nacional Comum Curricular depende do acolhimento, que leva em consideração toda a jornada da criança até então. A ideia é criar uma ponte entre uma fase e outra, sem assustar a criança ou fragmentar seu aprendizado.

Sendo assim, a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, necessita de um olhar atento, cuidadoso e organizado, pois esta passagem representa uma nova fase, no entanto a criança não pode deixar de ser vista em sua integralidade. A este respeito, Kramer (2007, p. 20) pontua que:

É preciso garantir que as crianças sejam atendidas nas suas necessidades (a de aprender e a de brincar), que o trabalho seja planejado e acompanhado por adultos na Educação Infantil e no ensino fundamental e que saibamos em ambos, ver, entender e lidar com as crianças como crianças e não apenas como estudantes.

Diante disso, fica clara a necessidade dos profissionais que atuam nas escolas de Ensino Fundamental e da Educação Infantil, desmistificar a ideia de que o brincar, assim como as demais atividades lúdicas, não auxiliam no processo de ensino e aprendizagem.

Entretanto, para que essa inserção do lúdico se efetive na prática, é necessário que professores da Educação Infantil e do 1º ano desenvolva um trabalho em parceria, é preciso unir as forças e não se ater somente à necessidade de ensinar as crianças a ler, escrever e contar, mas de prepará-las para a vida.

Para além da inserção e permanência de atividades lúdicas nas diferentes etapas de ensino, as escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B adotam outras estratégias para que a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental ocorra com tranquilidade, com menos stress para as crianças, familiares, professores, coordenadores, gestores, como, por exemplo:

- ✓ Promove momentos para a criança conhecer a rotina dos alunos do 1º ano;
- ✓ Nossas escolas costumam orientar os pais ou responsável durante as reuniões, sobre o funcionamento do 1º ano do Ensino Fundamental I;

✓ Planeja conjuntamente, professores da EI e do 1º ano, ações/atividades de adaptação e integração a nova etapa;

✓ No ano de 2026 a escola irá criar uma ação para motivar e incentivar os alunos do Ensino Fundamental I a contar história para os alunos da Educação Infantil;

✓ Realizar momentos de estudos com os professores do 1º ano para refletirem sobre as necessidades e interesse das crianças, possibilitando as interações e brincadeiras como eixos norteadores das práticas;

✓ Coordenação e direção realizarão um diálogo com os professores do Ensino Fundamental com o intuito de conscientizá-los sobre a importância de respeitar processo o tempo de adaptação das crianças.

As escolas, que compõem o Núcleo Regionalizado B, almejam, portanto, formar pessoas críticas e atuantes leitoras. Entretanto, para alcançar este propósito é necessário investir na educação infantil, que tem por finalidade desenvolver a criança integralmente. Sendo assim, faz-se necessário estimular as crianças para que elas cheguem ao ensino fundamental com um nível de preparação adequado.

4.2.3. Transição do 2º Ano para o 3º Ano

A transição escolar é um período de continuidade e mudança. O foco está nas mudanças ou descontinuidades encontradas durante a transição, tais como: mudanças no ambiente (físico), pedagógico e curricular, expectativas, regras e rotinas. No entanto é importante notar que nem tudo muda durante a transição, os elementos de continuidade permanecem, por exemplo, o contexto familiar referente ao apoio e acompanhamento da criança, o acesso a recursos comunitários ou elementos de apoio, os investimentos e percursos de aprendizagem da criança.

Sendo assim, o processo de alfabetização não inicia e se finda apenas nos dois anos do ciclo da alfabetização, mas se faz presente em toda a sua trajetória escolar e perpassa pelas relações de vivência que a criança tem no contexto familiar e comunitário, pois desde a educação infantil as crianças são estimuladas a desenvolverem diversas aprendizagens, sendo é claro que no primeiro e segundo ano devem ser alfabetizadas e que este seja o foco do trabalho pedagógico.

Desse modo, o Ciclo da Alfabetização tem por finalidade o acompanhamento do desenvolvimento das competências e habilidades dos estudantes do 1º e 2º ano

do Ensino Fundamental. Nesse sentido, vale ressaltar que no 2º ano os alunos devem avançar na alfabetização em linguagem e matemática, tendo como objetivo melhorar as habilidades de leitura, escrita e fala dos alunos, preparando-os para desenvolver competências e habilidades mais complexas nos anos seguintes.

Durante o segundo ano os alunos devem aprender a ler, interpretar e escrever com autonomia; conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos sociais, em diversos tempos e espaços; reconhecer o sistema de numeração decimal e comparar grandezas; estabelecer algumas relações entre o meio ambiente e as formas de vida que ali se estabelecem; identificar diferenças entre seres vivos e não-vivos; explorar as diversas manifestações da cultura corporal, estimulando a criatividade e a expressão.

No entanto, é necessário um olhar atento dos professores para com este público, para que ao ingressarem no 3º ano possam consolidar as aprendizagens e ampliá-las, para que compreendam essa fase como um avanço natural na escolaridade e não como um período de provas ou de desafios impossíveis até mesmo porque nas escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B, os alunos já mantêm contato com os professores estabelecendo laços de afetividade, fundamentais neste processo de transição.

4.2.4. Transição do 5º Ano para o 6º Ano

A transição deve ser encarada como uma oportunidade para ajudar os alunos a compreenderem suas novas responsabilidades e deveres ao avançarem para uma nova fase de suas vidas.

Para que o processo de transição do 5º para o 6º ano do ensino fundamental ocorra com tranquilidade, é imprescindível que se tenha um esforço conjunto de todos aqueles presentes no ambiente escolar, essa ação inclui professores, servidores, coordenadores e diretores.

Desta forma, é importante que o trabalho realizado com foco em evitar eventuais problemas causados pela transição comecem, ainda no 5º ano do ensino fundamental. Pois é necessário evidenciar as mudanças próprias dessa fase da vida, que implicam na compreensão do adolescente como sujeito em desenvolvimento, com singularidades e formações identitárias e culturais próprias,

que demandam práticas escolares diferenciadas, capazes de contemplar suas necessidades e diferentes modos de inserção social.

Nesta perspectiva as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (2010, p. 20), na parte que trata do Sistema Nacional da Educação ressalta que:

[...] Mesmo no interior do Ensino Fundamental, há de se cuidar da fluência da transição da fase dos anos iniciais para a fase dos anos finais, quando a criança passa a ter diversos docentes, que conduzem diferentes componentes e atividades, tornando-se mais complexas a sistemática de estudos e a relação com os professores.

Para que essa transição aconteça de forma mais natural possível, a recomendação da BNCC é que escolas e redes de ensino realizem, com base no documento, as adaptações necessárias especialmente nos currículos do 5º e 6º ano, evitando assim, uma grande ruptura no processo de aprendizagem. Nesta etapa, procuramos ampliar e aprofundar conceitos, considerando o processo de ensino e aprendizagem realizados nos anos anteriores.

O aluno se depara com situações que não eram comuns nos anos iniciais, pois antes ele tinha, na maioria das vezes, um (a) professor (a), no máximo dois professores, que trabalham com todos os componentes curriculares, entre outras questões inerentes ao contexto do ensino e aprendizagem, passando então a serem ensinados por uma maior quantidade de professores, específicos para cada componente curricular.

Para que o processo de transição ocorra de forma tranquila é necessário promover a articulação entre gestores, coordenadores e professores. Fundamentados nesta articulação, é possível planejar aulas, rodas de conversa, organizar encontros para um bate-papo, para que os alunos se sintam à vontade para dialogarem e expor seus anseios. Nessa ocasião, os professores dos anos finais podem aproveitar para apresentar seus modos de trabalho e outros pontos.

Uma outra ação possível é um diálogo literário para que seja utilizada a sala de leitura bem como suas obras para que os estudantes do 5º e do 6º ano juntamente com seus professores de língua portuguesa possam dialogar sobre a temática. As escolas podem realizar atividades lúdicas onde os estudantes possam interagir, através de jogos de dama, jogo de tabuleiro, dominó, aulas práticas de educação física.

5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

5.1. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação Especial, como modalidade de ensino que deve ser promovida metodicamente nos diferentes níveis de ensino, presta-se ao atendimento de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, preferencialmente, na Rede Regular de Ensino, com o objetivo de propiciar ao docente o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, autonomia e independência.

Uma escola inclusiva tem como premissa integrar os alunos com necessidades especiais de todos os tipos em escolas regulares, por meio de um enfoque o mais humanístico possível. Tal visão compreende que cada aluno tem suas peculiaridades e que as mesmas devem ser tratadas como diversidade e não como um problema.

Para a criação de uma Escola Inclusiva, a primeira barreira a ser vencida é a discriminação. A sociedade aparenta sensibilizar-se com o discurso da inclusão, mas na prática a realidade é bem contraditória ao discurso pregado, desde a acessibilidade nos locais físicos até a preparação da escola para receber esses sujeitos. Sujeitos esses que estão assistidos pela Constituição Federal (1988) e muitos outros documentos que asseguram a sua permanência no sistema de ensino.

A Rede Municipal Anguerense compreende a escola como um espaço onde todos devem aprender e atingir os objetivos das aprendizagens, levando em conta as especificidades de cada aluno, isso implica em um aprimoramento dos conhecimentos de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, participando ativamente desse processo de construção.

Nesse mesmo propósito, temos como proposta incentivar as práticas pedagógicas, a formação continuada dos profissionais do atendimento especializado e da escola regular, a transmissão da cultura minoritária e das diversificações, a estimulação a construção de projeto de educação inclusiva em rede, fortalecendo cada vez mais o vínculo da escola e a família.

É importante ressaltar que precisamos nos adaptar a esse sujeito para recebê-lo, ou seja, a escola regular necessita entrar nos moldes da lei e do bom senso, dessa forma, estaremos voltados para uma escola verdadeiramente

inclusiva, desde ao espaço físico quebrando as barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais.

Sobre a articulação intersetorial, o Município adota medidas de interlocução entre a Supervisão Pedagógica da Educação Especial, Coordenação e Gestão Pedagógica do ensino regular, Coordenação Pedagógica do Centro de Recursos Multifuncionais, Assistente Social (acompanhamento da frequência escolar e possíveis encaminhamentos médico, acolhimento do aluno e da família e acompanhamento do rendimento escolar).

Atualmente, o atendimento aos alunos do Núcleo Regionalizado B encontra-se centralizado na sala de recursos localizada no Prédio Escolar Orlando Carneiro, pertencente a este Núcleo, porém os outros Núcleos – C, D e E – também são atendidos nessa sala, o que causa um congestionamento de atendimentos por conta da alta demanda. O deslocamento dos alunos que necessitam de atendimento é realizado por meio de transporte especializado do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Esse atendimento conta com o suporte de uma equipe multidisciplinar de elevada relevância pedagógica, composta por psicopedagoga, responsável por identificar os processos de aprendizagem e intervir diante de possíveis obstáculos cognitivos, e professora de AEE, que atua na mediação pedagógica, na produção de materiais adaptados e na garantia da acessibilidade curricular.

É importante destacar que o trabalho dessas profissionais não se restringe à sala de recursos, pois a intervenção na escola regular constitui o eixo central da inclusão, ao possibilitar suporte direto aos professores regentes na adaptação das atividades, o acompanhamento do aluno em seu contexto social e coletivo e a construção de estratégias que tornem a sala de aula comum mais acessível e acolhedora.

Nesse sentido, a implantação de uma nova sala de recursos para os Núcleos C, D e E mostra-se urgente e necessária, pois contribui para a humanização do atendimento ao reduzir o tempo de deslocamento e o desgaste físico dos estudantes, promove maior tranquilidade e foco ao evitar a aglomeração na unidade central e fortalece o vínculo escolar ao aproximar o atendimento do local onde o aluno estuda, favorecendo o diálogo entre a equipe do AEE e os professores da escola regular.

Dessa forma, o investimento em uma nova sala de recursos configura-se como uma ação essencial para assegurar que o direito à educação inclusiva seja efetivado com dignidade, eficiência e qualidade técnica, refletindo positivamente no desenvolvimento integral dos estudantes.

No que tange ao atendimento especializado, a proposta das diretrizes operacionais resguarda a importância do atendimento educacional especializado que se dá de forma individualizada, garantimos o tempo mínimo de 01 (uma) hora de atendimento ou, em pequenos grupos quando possível e em especial em momentos de promoção da interação/socialização.

Precisamos olhar para um futuro viabilizador, com a esperança de ter um espaço adequado para os atendimentos, formações e encontros com a finalidade de integração e participação da comunidade como um todo.

O AEE realiza orientação pedagógica, adaptações, uso de tecnologias assistivas e elaboração de PDIs – Planos de Desenvolvimento Individual, conforme necessidade de cada estudante.

Os PDIs são documentos norteadores recomendados pela Secretaria Municipal de Educação para assegurar que cada aluno tenha um percurso formativo personalizado, registrando objetivos, habilidades a serem desenvolvidas, recursos necessários, formas de avaliação e procedimentos de acompanhamento. Eles servem como articulação entre a equipe escolar, o AEE e a família, garantindo que o atendimento seja continuado, integrado e monitorado.

A escola deve promover o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, moral e social dos alunos com deficiência, ao mesmo tempo, lhes facilitar a integração na sociedade como membros ativos. Mas, para que isto aconteça, é importante que o indivíduo com deficiência seja visto como um sujeito eficiente, capaz, produtivo e, principalmente, apto a aprender. Portanto, o município necessita de uma formação voltada à capacitação de professores para trabalhar com esse público especial.

No entanto para que a escola possa garantir o acesso e permanência a uma educação de qualidade para esses educandos, deve-se investir em tarefas compartilhadas com todos que estão envolvidos no processo educacional. E para tornar o trabalho de inclusão eficaz, o Núcleo Regionalizado B necessita firmar parcerias com voluntários, instituições, e especialistas em diversas áreas, a fim de dar suporte e segurança para lidar com várias situações ocorridas.

Segundo o DCRB (2020) para uma efetiva aprendizagem e sucesso das práticas pedagógicas em uma escola que se orienta pela marca da inclusão, o currículo deve ser apoiado por componentes específicos do Atendimento Educacional Especializado tais como:

Ensino do Sistema Braille;
Técnicas de Soboran;
Orientação e Mobilidade;
Educação Física Adaptada;
Aulas de Atividade da Vida Autônoma;
Ensino do Uso de Recursos de Tecnologia Assistiva;
Ensino da Língua Brasileira de Sinais;
Intérprete de Libras/Língua Portuguesa;
Guia Intérprete para Surdo-cegos;
Estratégias para o desenvolvimento dos processos mentais;
Ensino do uso de recursos ópticos/não ópticos.

As atividades desenvolvidas pelos estudantes com algum tipo de deficiência em sala de aula podem ser adaptadas, desde que o currículo tenha sido adequado, conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais. Mais do que conhecer suas competências, é necessário que o professor saiba como ele deve avaliar esse aluno em todas as áreas, assim como acontece com as outras crianças.

Sendo assim, é possível descobrir quais são suas habilidades e dificuldades e definir se os instrumentos que estão sendo usados estão de acordo com as respostas que o aluno pode dar mediante as suas especificidades. Não podemos deixar de lembrar de considerar as aquisições do aluno e o quanto ele conseguiu avançar nas disciplinas para que uma avaliação justa seja feita.

5.2. A EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

A Educação Integral em Tempo Integral constitui uma política pública de relevância estratégica para o desenvolvimento pleno dos sujeitos em contexto escolar, reconhecendo que a aprendizagem se estende para além do horário de aulas e da simples transmissão de conteúdos. No âmbito do Núcleo Regionalizado B de Anguera-BA, essa concepção reafirma o compromisso com uma educação que integra as dimensões intelectual, emocional, social, cultural e física do estudante. Tal proposta dialoga diretamente com o DCRM do município de Anguera, o qual orienta o currículo municipal em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), conferindo à

escola pública local condição de formular práticas pedagógicas alinhadas com os princípios da integralidade. (CAVALIERE, 2017).

A educação em tempo integral, portanto, não se resume ao simples aumento da jornada escolar, mas exige o redesenho do Projeto Político Pedagógico (PPP), do currículo e das práticas docentes para garantir aprendizagens significativas, integradas e contextualizadas. No município de Anguera, o DCRM (Resolução CME nº 01, de 31 de março de 2022) regulamenta esse processo e orienta a construção dessa proposta em consonância com a identidade local e as expectativas da comunidade escolar. A ampliação de tempo deve ser articulada com atividades que promovam arte, cultura, esporte, ciência, meio ambiente, cidadania e uso de tecnologias, favorecendo a autonomia, a cooperação e o protagonismo dos estudantes. (BRASIL, 2022).

Para o contexto do Núcleo Regionalizado B de Anguera, a implementação da educação integral significa avançar na democratização da educação, reduzindo desigualdades e promovendo equidade para todos os estudantes da rede municipal. A adoção da Política Municipal de Educação em Tempo Integral, especificada no DCRM, oferece um arcabouço normativo e pedagógico que possibilita a oferta de jornada ampliada com qualidade. A prática de uma jornada educativa estendida constitui um ambiente favorável para que a escola atue como espaço de convivência, cuidado, aprendizagem e formação cidadã.

A consolidação dessa proposta exige a articulação de toda a comunidade escolar professores, gestores, famílias e demais parceiros locais bem como a integração com políticas públicas municipais, estaduais e federais. O Núcleo Regionalizado B compromete-se a fortalecer essa rede cooperativa, estabelecendo práticas interdisciplinares e projetos que dialoguem com a realidade local de Anguera, tais como educação ambiental, cultura popular, tecnologia social e atividades de extensão. A clareza curricular fornecida pelo DCRM sustenta esse processo de articulação, oferecendo diretrizes para que a prática pedagógica contemple a integralidade da formação.

Por fim, a Educação Integral em Tempo Integral no município de Anguera-BA é vista como um compromisso ético, político e educativo com a formação humana em sua totalidade. O Núcleo Regionalizado B reconhece que investir nessa proposta significa investir em um futuro mais justo, inclusivo e transformador, no qual cada estudante seja valorizado como sujeito de direitos e aprendizagens. Amparado pelo

DCRM, este PPP reafirma que a escola pública de tempo integral é espaço de oportunidades, de cidadania plena e de cuidado com as singularidades de seus estudantes. (GADOTTI, 2009).

A Educação Integral é uma abordagem que visa proporcionar uma formação completa e humanizadora aos estudantes, abordando aspectos intelectuais, físicos, emocionais, sociais e culturais. Para alcançar esse objetivo, é fundamental desenvolver projetos que atendam às necessidades dos alunos, considerando seu contexto e realidade.

No Prédio Escolar Orlando Carneiro, a educação integral acontece de segunda a quinta-feira, como um espaço que explora as experiências educacionais dentro e fora dos muros da escola, com um planejamento claro que contribui para o crescimento e aprendizagem dos alunos. A escola tem um olhar sensível à realidade do aluno do campo, valorizando sua cultura, identidade e pertencimento.

A comunidade escolar (professores, gestores, coordenadores, colaboradores, pais e alunos) trabalha em conjunto para valorizar a identidade do aluno do campo e ampliar seus conhecimentos. A prática educativa, o currículo e os recursos são constantemente avaliados e reorientados para suprir as necessidades de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

Os professores buscam conhecer as múltiplas formas de aprendizagem dos alunos, adequando os conteúdos à realidade e ao contexto de vivência deles, contribuindo para a construção da cidadania. A escola se compromete a ser um espaço de inclusão, que valorize a diversidade e promova a equidade, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e possam desenvolver seu potencial.

5.3. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

O Conselho Estadual de Educação-CEE por meio da resolução nº 103 estabelece em seu Art. 1º que a escola do campo não é definida apenas pelo critério geográfico que separa o espaço urbano do espaço rural, mas sim, pelo critério dos sujeitos do campo, ou seja, a quem se destina a educação.

Mais especificamente, o Art. 1º define a escola do campo da seguinte forma: “entendidas como unidades de ensino situadas na área rural, caracterizada conforme a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE ou aquelas

situadas em áreas urbanas, desde que atendam prioritariamente as populações do campo”. (BAHIA, 2015, p. 1).

Assim, concebemos que há a Educação Rural àquela que se fundamenta nos currículos oficiais colocando o campo como o lugar do atraso e a Educação do Campo que valoriza a identidade dos sujeitos do campo bem como condiciona a base educacional aos conhecimentos e demandas provenientes das particularidades da população rural.

Nossa escola compõe o grupo das instituições vinculadas ao Município de Anguera, que fomenta dentro das suas possibilidades a denominada Educação do/no Campo, tendo em vista a sua localização na zona rural, o público que a integra e a constitui enquanto escola.

Assim, levando em consideração o contexto sócio-histórico e educacional do entorno da nossa escola, acentuamos que a Educação do/no Campo é mais que uma modalidade de ensino, pois vivenciamos diversas lutas, que resultaram em conquistas importantes para a nossa comunidade escolar com vista nas transformações sociais e criação de políticas públicas específicas para a Educação do/no Campo, que atendam as reais demandas dos nossos educandos, buscando sempre transcender a visão reducionista do campo como local da produção agrícola e agropecuária.

Logo, o campo precisa ser visto e valorizado também a partir das suas dimensões culturais, sociais, históricas, econômicas, incluindo ainda outras culturas como a agricultura familiar, indígena e quilombola, favorecendo assim, o reconhecimento identitário dos nossos estudantes e de seus ancestrais.

Pautados no pensamento de Fernandes (2002, p. 67) adotamos a seguinte concepção de Educação do/no Campo:

A Educação do Campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda: desde a sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural.

De tal modo, acreditamos que é preciso levar em consideração a necessidade da inserção de um ensino do/no campo de qualidade capaz de contribuir com o

desenvolvimento dos educandos e conseqüentemente do contexto no qual estão inseridos, visando de fato à formação dos sujeitos do campo, aliando ensino e valorização sociocultural e histórica de cada educando que integra o nosso ambiente escolar, respeitando ainda seus espaços e seus saberes construídos ao longo do tempo.

Assim, buscamos ofertar um ensino pautado, não só nos objetos do conhecimento que emanam dos documentos curriculares referenciais (DCRM, DCRM, BNCC), que norteiam nosso fazer pedagógico, mas buscamos inserir também junto aos demais conhecimentos os saberes de vida dos nossos educandos, os saberes que emanam das relações familiares e sociais com o intuito de formar seres humanos capazes de valorizar a si próprio e ao espaço que ocupam.

Buscamos colocar em evidência a relevância da valorização dos saberes populares locais, que permeiam a memória da nossa comunidade local através das atividades lúdicas e contextualizadas, por meio dos jogos, brincadeiras típicas da região, parlendas, adivinhas, cantigas (roda, das batatas de feijão e milho, etc.), histórias locais vinculadas à religiosidade, às lendas rurais e ao folclore e entre outras.

Além disso, colocamos nas rodas de discussões os saberes acumulados historicamente pelos sujeitos do campo, através da realização de pesquisas, entrevistas e apresentações feitas pelos educandos com o intuito de enfatizar e valorizar as histórias de vida dos seus antepassados, produzindo assim o conhecimento de si para que possam consolidar da melhor forma possível sua construção identitária.

Contudo, ainda não conseguimos alcançar verdadeiramente todos os moldes e as especificidades teóricas e metodológicas, temporais, avaliativas e entre outras que configuram de fato a Educação do/no Campo.

Porém, de forma gradual, mediante a escrita deste PPP, das nossas formações sobre o tema supracitado, sediado pela Secretaria Municipal de Educação de Anguera, bem como a partir das vivências no contexto educacional estamos caminhando em direção a uma educação capaz de contribuir com a formação integral dos sujeitos do campo, por muito tempo marginalizado e desvalorizado por fatores historicamente arraigados.

Pautamos nosso trabalho educativo nos preceitos da lei, mais especificamente na resolução Nº 103, de 28 de setembro de 2015, promulgada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) que estabelece em seu Art. 4º. os princípios da Educação do Campo:

I - compreensão do trabalho como princípio educativo e da cultura como matriz do conhecimento;

II - respeito à diversidade da população do campo em todos seus aspectos;

III - garantia da definição de projetos educativos com pedagogias condizentes às condições e aos anseios das populações do campo;

IV - reconhecimento das unidades escolares como espaços públicos de ensino e aprendizagem, produção de conhecimento e articulação de experiências de vida dos educandos;

V - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento às especificidades, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

VI - valorização da identidade da escola por meio de projetos político-pedagógicos com organização curricular e metodológicas adequadas às necessidades dos educandos e comunidades do campo;

VII - flexibilização na organização escolar, visando à adequação do tempo pedagógico, à definição do calendário, os processos de organização de turmas, sem prejuízos das normas de proteção da infância contra o trabalho infantil; e

VIII - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais relacionados às questões do campo, na gestão da escola. (BAHIA, 2015, p. 2).

A Educação do/no Campo surgiu das lutas dos sujeitos do campo com o intuito de romper com alguns paradigmas construídos historicamente, assim, nossa escola prega como princípio a valorização dos sujeitos do campo, enfatizando a relevância histórica da sua cultura ao longo do tempo, bem como suas contribuições formativas no que concerne a manutenção da vida em sociedade mediada pelo trabalho em regime de colaboração.

Diante do exposto, entendemos que cada estudante é um ser único com suas particularidades, assim buscamos por meio das nossas práticas pedagógicas respeitar as diversidades, sejam elas, políticas, religiosas, racial, social, entre outras. A partir da reelaboração do Projeto Político Pedagógico e da construção do nosso

plano de ação, visamos ampliar os diálogos e elaborar projetos de conscientização de respeito às diferenças, bem como estimular nosso corpo docente a trabalharem a temática em suas aulas.

O Documento Curricular Referencial Municipal de Anguera (2022, p. 39), prega que:

O princípio da Educação do Campo é a inclusão e o reconhecimento dos sujeitos do campo como cidadãos do processo educacional e de sua própria identidade. Assim, sua essência pedagógica e metodológica deve ser específica para pessoas do campo em seu espaço cultural, sem abrir mão de sua pluralidade como fonte de conhecimento das diversas áreas de ensino. Sendo assim, os aspectos pedagógicos e metodológicos devem considerar o perfil de cada educando, levando em consideração suas vivências e seu contexto histórico.

Com base no princípio acima, nossos docentes costumam aplicar atividades teóricas e práticas com a temática do campo, porém a partir da reformulação do nosso Projeto Político Pedagógico, percebemos a necessidade de ampliar e adequar nossa prática educativa à realidade do campo, tanto através da adoção de metodologias próprias para o espaço rural quanto através das questões formacionais que carecem nossos docentes para que possam (re)pensar suas práticas metodológicas.

Além disso, nosso trabalho fundamenta-se no respeito, na valorização dos indivíduos do campo, com o objetivo de qualificá-los enquanto ser humanos atuantes do seu contexto social com o intuito de abranger a comunidade em torno da escola, pois acreditamos que a educação transcende o ambiente escolar.

5.4. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Política de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Município de Anguera orienta-se pela garantia do direito à educação ao longo da vida, pela valorização das experiências e saberes prévios dos estudantes e pelo alinhamento das propostas formativas às diretrizes nacionais e estaduais. Referências estaduais, ao articular conteúdos que dialoguem.

A EJA no município tem caráter compensatório e emancipatório: busca recompor trajetórias interrompidas, promover a construção de competências

fundamentais previstas na BNCC e com a realidade social, produtiva e cultural do território do campo atendido pelo Núcleo Regionalizado B.

A concepção pedagógica que orienta a EJA em Anguera entende o estudante jovem e adulto como sujeito ativo que traz saberes de sua experiência de vida. O currículo deve ser organizado por segmentos e tempos de formação que respeitem as trajetórias individuais, conforme as Diretrizes Operacionais do Conselho Nacional de Educação (Resolução CNE/CEB nº 01/2021) e as atualizações normativas recentes (Resoluções CNE/CEB nº 03/2025 e nº 06/2025), as quais reforçam o alinhamento da EJA à BNCC, a necessidade de reconhecimento das experiências prévias e a pluralidade de formas de oferta (presencial, semipresencial e EaD).

Essas normas também definem requisitos sobre duração de cursos, idade mínima de ingresso, registros de frequência e certificação.

No nível estadual e municipal, o Organizador Curricular da EJA (OCEJA) da Bahia adotado e incorporado aos documentos municipais orienta a estruturação dos conteúdos, das competências e das dimensões formativas da modalidade, organizando-as por segmentos e oferecendo matriz de referência para a construção dos Planos de Curso locais.

Princípios orientadores da EJA no Núcleo Regionalizado B:

- (1) **Reconhecimento das experiências de vida:** os percursos formativos partem das vivências e saberes dos estudantes como recurso pedagógico;
- (2) **Flexibilidade e temporalidade adequada:** organização por segmentos e por ciclos que respeitem ritmos de aprendizagem;
- (3) **Acessibilidade e diversidade de oferta:** oferta em turnos e modalidades distintas para contemplar estudantes que trabalham e têm responsabilidades familiares;
- (4) **Articulação curricular:** alinhamento explícito com BNCC, DCRB e DCRM e OCEJA garantindo que habilidades essenciais sejam priorizadas;
- (5) **Avaliação formativa e certificadora:** avaliação que reconheça progressos valide saberes prévios e produza certificação conforme normativas vigentes (LDB nº 9.394/1996 e resoluções do CNE).

Do ponto de vista operativo, o planejamento da EJA no Núcleo Regionalizado B deve contemplar: diagnóstico inicial que reconheça trajetórias e demandas; seleção prioritária de habilidades da BNCC/DCRB/DCRM incorporadas em sequências didáticas contextualizadas; oferta de metodologias ativas e projetos

vinculados ao território (produção agrícola, trabalho local, leitura de mundo); registro sistemático das aprendizagens por meio dos Diários de Acompanhamento do Percorso Formativo; e mecanismos de flexibilização de horários e de reposição que respeitem o calendário produtivo do campo.

A oferta da EJA no Núcleo Regionalizado B é estruturada com flexibilidade de horários e modalidades, contemplando atendimento noturno e possibilidade de atividades semipresenciais, quando autorizado, de modo a atender às realidades sociais, familiares e laborais dos jovens e adultos da zona rural.

O acompanhamento pedagógico será monitorado por meio de indicadores institucionais, como dados de matrícula, frequência, permanência, conclusão por segmento e certificação, assegurando análise contínua dos avanços e dos desafios enfrentados pelas turmas.

As ações formativas voltadas aos docentes serão realizadas de forma sistemática, garantindo formação continuada específica para professores da EJA, com foco em avaliação formativa, reconhecimento e validação dos saberes prévios dos estudantes, práticas de contextualização ao território rural e metodologias voltadas à recomposição de aprendizagens.

Normativas e marcos legais relevantes: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — Lei nº 9.394/1996 (LDB) — como fundamento legal da oferta de EJA; Resolução CNE/CEB nº 01/2021, que instituiu diretrizes operacionais para a EJA e seu alinhamento à BNCC; e as Resoluções CNE/CEB nº 03/2025 e nº 06/2025, já regulamentadas na rede municipal, que atualizam diretrizes operacionais e reafirmam garantias curriculares, formas de oferta, e a necessidade de reconhecer experiências anteriores.

A política de Educação de Jovens e Adultos no município de Anguera foi instituída em 2000, por meio do Parecer 11, aprovado pela Câmara de Educação Básica, regulamentaram-se as Diretrizes Curriculares para a EJA, que qualifica a Educação de Jovens e Adultos e define suas funções: reparadora, equalizadora e qualificadora. Soares (2002) descreve cada uma das funções da EJA, esclarecendo o que se encontra no Parecer 11 (BRASIL, 2000, p. 34).

A função reparadora da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano (p. 34). (...) A função equalizadora da EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros

segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados, encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas.

Através da portaria 013/2010, o município de Anguera regulamenta a oferta do Ensino Fundamental através da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), de acordo com a Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, tendo em vista a necessidade de combater a distorção idade x série e considerando o direito fundamental de todos à educação, com identidade própria para atendimento à demanda educacional de alunos diferenciados em relação à idade, cultura, experiências de vida e de trabalho.

Nesse sentido, para a garantia do direito dos jovens e adultos à Educação Básica, acreditamos que é necessário estimular a permanência, promovendo aprendizagens contextualizadas valorizando as experiências desses alunos e a partir desses proporcionando a formação da consciência crítico-reflexivo e autônoma para isso, o professor precisa mostrar a várias possibilidades para esta construção.

O OCEJA - Organizador Curricular da Educação de Jovens e Adultos, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação e homologado em dezembro de 2024, serve como base curricular desse ciclo. O documento foi construído pela equipe técnica da Secretaria, com ampla participação, reflexões sobre a realidade dos estudantes da EJA e sugestões metodológicas específicas para essa modalidade, começando a ser aplicado a partir de 2023.

Conforme as especificidades da população inseridas na Educação de Jovens e Adultos, o Núcleo Regionalizado B garante uma prática pedagógica que considera a realização de atividades não presenciais com acompanhamento docente, de forma temporária, complementar ou suplementar aos estudos na Educação de Jovens e Adultos. Para isso, as atividades não presenciais ocorrerão através de módulos pedagógicos e portfólios de evolução da aprendizagem, onde os alunos serão orientados pelos docentes considerando as seguintes estratégias e metodologias:

- I – as experiências de vida, aprendizado significativo e contextualizado;
- II – os conhecimentos essenciais para a formação social;
- III – as realidades culturais de grupos e suas formas de organização;
- IV – pesquisas e relatos sobre estudos dos aspectos territoriais; identitários; econômicos; culturais; linguísticos; religiosos; ancestrais e étnico-raciais;

V – as atividades de caráter psicopedagógico, de busca pela autoestima e voltadas para as competências socioemocionais;

VI – acompanhamento docente de forma direta e indireta, garantindo o atendimento aos estudantes que desenvolvem atividades não presenciais através dos plantões na escola ou contato direto nas famílias.

Ao longo do processo histórico, compreendemos que muitas pessoas tiveram negado o direito à escolarização, o que torna a **Educação de Jovens e Adultos (EJA)** uma modalidade de caráter reparador e inclusivo. Nesse sentido, a instituição assume o compromisso de garantir diferentes formas de oferta do ensino, integrando atividades presenciais e não presenciais de maneira complementar e suplementar, de modo a ampliar o acesso, fortalecer a permanência e promover a aprendizagem ao longo da vida.

Assim, a EJA se consolida como um espaço de reconstrução de trajetórias, de valorização das experiências dos estudantes e de afirmação do direito à educação como princípio fundamental de cidadania.

5.5. A POLÍTICA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017 e atualizada em 2022 para contemplar as competências digitais e o pensamento computacional, constitui-se como um marco orientador das aprendizagens essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da Educação Básica. Em consonância com esse documento, o componente curricular Computação surge como uma área estratégica para a formação integral dos alunos, promovendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas, criativas e éticas relacionadas ao uso e à compreensão crítica das tecnologias digitais.

No Núcleo Regionalizado B, a inserção do componente Computação no Projeto Político-Pedagógico (PPP) representa um compromisso com a inovação, à equidade e a formação de sujeitos capazes de atuar de forma crítica e produtiva em uma sociedade cada vez mais mediada pela tecnologia.

O objetivo central dessa integração é proporcionar aos estudantes não apenas o domínio instrumental de ferramentas digitais, mas, sobretudo, o desenvolvimento do pensamento computacional, entendido como a capacidade de formular problemas e soluções de maneira lógica, sequencial e criativa, utilizando

estratégias que podem ser aplicadas em diferentes contextos da vida cotidiana e acadêmica.

O Conselho Municipal de Educação (CME) aprovou o Complemento Computação ao Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) da rede municipal de ensino de Anguera. Essa aprovação consta na Resolução CME nº 03/2024.

A BNCC define que a Computação deve articular quatro eixos estruturantes: Pensamento Computacional, Cultura Digital, Mundo Digital e Inteligência Artificial. Cada um desses eixos contribui para a formação de competências específicas. O Pensamento Computacional envolve a capacidade de decompor problemas complexos em partes menores, reconhecer padrões, abstrair informações relevantes e construir algoritmos para resolver desafios.

Já a Cultura Digital amplia a compreensão crítica do estudante sobre o papel das tecnologias na sociedade, abordando questões de segurança, privacidade, ética e cidadania digital. O Mundo Digital trata da compreensão dos sistemas computacionais e das redes de informação, possibilitando que o aluno compreenda o funcionamento da infraestrutura tecnológica que sustenta a comunicação e a informação global.

Por fim, a Inteligência Artificial, como campo emergente, promove reflexões sobre automação, dados e tomada de decisão baseada em algoritmos, incentivando o olhar ético e humano diante dos avanços tecnológicos.

No âmbito do PPP, o Núcleo Regionalizado B assume o desafio de implementar práticas pedagógicas que tornem o ensino de Computação significativo e contextualizado. Isso inclui o uso de projetos interdisciplinares, em que os alunos possam aplicar os conceitos computacionais para resolver problemas reais da escola e da comunidade. A integração com áreas como Matemática, Ciências da Natureza e Linguagens fortalece o caráter transversal do componente, permitindo que o uso da tecnologia seja uma ferramenta de construção de conhecimento, e não apenas um fim em si mesmo.

Outro aspecto relevante é a formação continuada dos professores, condição essencial para a consolidação do ensino de Computação. O PPP destaca a importância de capacitar o corpo docente para o uso pedagógico das tecnologias e para a compreensão dos princípios do pensamento computacional. Essa formação

visa não apenas ao domínio técnico, mas também à reflexão sobre os impactos sociais, culturais e éticos da tecnologia na vida escolar e na sociedade.

Além disso, o documento reforça o compromisso da escola com a inclusão digital e o acesso equitativo às tecnologias, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas condições socioeconômicas, possam participar das experiências de aprendizagem mediadas pela Computação. A escola busca, dessa forma, alinhar-se aos princípios da BNCC, que orienta uma educação democrática, inclusiva e voltada para o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas.

No contexto educacional atual, o Município de Anguera alia suas práticas pedagógicas às diretrizes nacionais que visam promover ambientes escolares mais focados e saudáveis. Recentemente, em consonância com a Lei Federal nº 15.100/2025, sancionada pelo Presidente da República em 13 de janeiro de 2025, foram estabelecidas normas que restringem o uso de aparelhos eletrônicos portáteis, especialmente os telefones celulares, por estudantes durante o período de aulas, bem como durante o recreio e intervalos, sendo permitido apenas para finalidades pedagógicas, sob supervisão docente, ou em situações excepcionais como casos de emergência, acessibilidade ou necessidades de saúde específicas.

Embora a regulamentação específica da rede municipal de Anguera esteja integrada às orientações mais amplas estabelecidas pelo Ministério da Educação e pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia, o compromisso com essa política se reflete nas práticas escolares adotadas no município para assegurar que o ambiente de aprendizagem seja propício, seguro e alinhado às normas vigentes.

Essa norma é importante para a educação anguerense porque fortalece o ambiente de ensino e aprendizagem, reduzindo as distrações e promovendo maior concentração dos estudantes nas atividades escolares, o que contribui diretamente para a melhoria dos índices de atenção, participação e desempenho acadêmico.

Ao limitar o uso de celulares durante o horário de aula, as escolas incentivam a interação presencial entre os alunos e a mediação pedagógica do professor, favorecendo a construção de relações sociais mais saudáveis e o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais que não se restringem ao uso tecnológico informal.

Além disso, a restrição ao uso pessoal dos celulares está alinhada às práticas de educação digital consciente, incentivando a reflexão crítica sobre o uso da tecnologia como ferramenta de aprendizagem, e não como fonte de distração ou

dependência, em consonância com os objetivos da legislação federal e com as orientações pedagógicas orientadas pelo MEC e pelas redes estaduais de educação.

A Portaria SEC nº 02/2026 estabelece normas para o uso de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Anguera, com o objetivo de organizar, orientar e limitar sua utilização no ambiente escolar, preservando o processo de ensino-aprendizagem e a saúde física, mental e emocional dos estudantes.

De modo geral, o uso desses dispositivos pelos alunos não é permitido de forma irrestrita, sendo autorizado apenas em situações específicas, como em atividades pedagógicas previamente planejadas e autorizadas pela equipe escolar, em casos de emergência, para acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência, ou para necessidades de saúde devidamente comprovadas.

A portaria também orienta as unidades escolares a promoverem ações formativas com os profissionais da educação, visando a conscientização sobre os impactos do uso excessivo de telas e a identificação de possíveis prejuízos ao bem-estar dos estudantes. Além disso, determina que cada escola organize normas internas quanto ao uso de aparelhos eletrônicos pelos profissionais, assegurando que esses não interfiram no desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Dessa forma, a Portaria SEC nº 02/2026 reafirma o compromisso da rede municipal com o uso responsável e pedagógico da tecnologia, em consonância com a legislação educacional vigente.

5.6. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Promover assistência aos estudantes significa possibilitar condições básicas de acesso e permanência na escola. A educação escolar não está limitada ao espaço físico e a presença de professores, compreendida como política pública educacional é um direito social, configura-se como elemento importante na promoção de uma educação integral e formação do estudante.

Nesse sentido, a política de assistência estudantil tem como objetivo oferecer condições de acessibilidade a aprendizagem escolar, implica promover meios que garantam educação de qualidade de modo que venha contemplar os alunos em suas diferentes necessidades, possibilitar o desenvolvimento integral, e garantir o

processo formativo, que envolve programas como o transporte escolar, a merenda, materiais didáticos, entre outros.

A Constituição Federal de 1988 assegura ao aluno da escola pública o direito ao transporte escolar, como forma de facilitar seu acesso à educação o que fica expresso no Art. 208 deste documento que garante atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

O transporte escolar, direito do aluno, instituído pelo Ministério da Educação através do FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento Estudantil, tem sido garantido aos estudantes desta unidade de ensino por intermédio do município. Nossas escolas, localizadas na área rural, têm seus alunos em sua maioria residentes em áreas distantes da escola, sendo estes assistidos pelos programas de transporte escolar conforme o previsto em lei.

Para garantir que todos tenham acesso à escola a equipe escolar em parceria com a Secretaria de Educação do Município de Anguera desenvolve estratégias que asseguram que todos tenham acesso à escola.

No que se refere à merenda escolar são garantidas as condições necessárias para que o aluno tenha sua merenda de qualidade e o acompanhamento e o cardápio acompanhado por nutricionista, seguindo as necessidades nutricionais.

O compromisso da equipe escolar está voltado para as diversas questões que surgem ao longo do ano letivo. Tendo em vista detectar ou mesmo prevenir atos que venham ferir os direitos de crianças adolescentes jovens, adultos ou idosos, que compõem nosso corpo discente, buscamos manter sempre o diálogo com a família por acreditarmos que a parceria da escola com a família ainda é a melhor forma de conhecer a realidade dos alunos e resolver questões que possam interferir no desenvolvimento do aluno.

Sendo o acompanhamento pedagógico e psicopedagógico é garantido em parceria com a Secretaria de Educação que oferece apoio através da presença de profissionais qualificados para atender as necessidades dos estudantes.

A fim de evitar a evasão escolar, as escolas que formam o Núcleo Regionalizado B, verifica com regularidade se há ausência de aluno na escola por mais de dois dias; detectadas essas faltas, a escola entra em contato, imediatamente, com os pais ou responsáveis pelo educando, ou até mesmo

encaminha profissionais para se dirigir à casa do aluno faltoso e verificar o motivo da sua ausência na escola, adotando um diálogo para que o mesmo possa retornar o mais breve possível à escola. Essa ação caracteriza a **Busca Ativa Escolar**.

No ano de 2022 a Secretaria Municipal de Educação aderiu à ação Dia “D” da Frequência Escolar, que se torna um momento para monitoramento da frequência de cada aluno matriculado, e ao mesmo tempo a instituição busca proporcionar atividades que tornem o ambiente mais atrativo aos alunos. E em dias atuais são claro os benefícios que essa mobilização traz ao fazer esse movimento de Busca Ativa intersetorial.

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) de Anguera exerce um papel fundamental na garantia da qualidade e da transparência da merenda escolar nas unidades municipais. Criado pela Lei nº 076/2009, esse órgão possui funções consultivas, deliberativas, fiscalizadoras e de assessoramento junto ao Poder Executivo para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Ao acompanhar, por meio de visitas técnicas e análise de atas e planos de ação, desde os cardápios até as instalações das cozinhas escolares, o CAE assegura que os recursos sejam bem empregados, a comida oferecida seja adequada e os processos atendam às normas sanitárias e nutricionais. Esse controle social fortalece a participação da comunidade, pais, professores, representantes de entidades civis e promove autoestima, saúde integral dos estudantes e maior envolvimento da sociedade no cotidiano escolar.

Já a Cartilha do Transporte Escolar, presente nos acervos técnico-pedagógico da Secretaria, é um instrumento estratégico para promover a inclusão social, garantindo que todos os alunos, especialmente aqueles em áreas rurais ou com dificuldades de mobilidade tenham acesso seguro e regular à escola. Esse guia orienta motoristas, estudantes, famílias e gestores quanto aos seus direitos e deveres: desde o cuidado com a manutenção dos veículos até práticas seguras de embarque e diálogo consciente entre todos os envolvidos.

A cartilha ganha força por meio de cursos presenciais realizados na comunidade escolar, que fomentam a comunicação, a confiança e a corresponsabilidade entre motoristas, estudantes, famílias e escola. Assim, o transporte escolar se consolida como um instrumento de justiça educativa, conectando direitos previstos na Constituição e na LDB com a vida concreta das crianças, jovens e adultos que transitam diariamente entre casa e escola.

Os princípios orientadores da assistência ao estudante vêm atender a demanda estudantil e tem por objetivo:

- ✓ Democratizar as condições de permanência dos alunos;
- ✓ Minimizar os efeitos socioeconômicos das famílias;
- ✓ Promover a inclusão social dos seus alunos.

Sendo assim, nossa escola com suas ações através de projetos e programas vêm ressignificando as condições sociais dos nossos alunos, buscando sempre uma educação de qualidade, possibilitando a eles uma continuidade de vida baseada na cidadania e valor morais e éticos.

São muitas as demandas que surgem no dia a dia escolar, por isso é necessário que os professores sejam participativos nos ACs e nas reuniões, demonstrando serem ativos nos projetos e atividades desenvolvidas na escola. Levar em consideração a condição da comunidade em que os estudantes estão inseridos, também deve ser papel do professor e demais funcionários, que a educação oferecida seja condizente com a realidade, tornando o processo de ensino e aprendizagem atrativo e eficiente para os estudantes, evitando, assim o processo de evasão escolar.

Falando especificamente dos alunos, percebe-se a alteração na forma como se comportam, adquirem e reagem aos serviços educacionais. Isso acontece devido às mudanças desencadeadas e impulsionadas por diversos fatores, tais como o avanço das tecnologias, a dinâmica do mundo moderno, o compartilhamento de informações em tempo real, as necessidades de adaptação, entre outras. Esse perfil conversa claramente com o perfil esperado do Professor.

No Núcleo Regionalizado B, o aluno protagonista configura-se como um princípio essencial previsto no Regimento Escolar Unificado documento que norteia as normas e o cotidiano das escolas da Rede Municipal de Anguera, homologado em março de 2024 por meio da Portaria SEC nº 13/2024 e elaborado com ampla participação comunitária e do Conselho Municipal de Educação.

Dentro dessa orientação normativa, o estudante protagonista é aquele que assume responsabilidade ativa pelo próprio processo de aprendizagem e pela vida escolar.

Fonseca (1995) discorre que a aprendizagem pode ser encarada como um processo dinâmico, no qual o aluno joga em um papel ativo, em constante interação com o envolvimento com o grupo no qual está inserido. Logo, compreendemos a

importância do aluno para escola, na verdade, esses sujeitos são os verdadeiros protagonistas das instituições de ensino.

5.7. A POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES

Por meio de ações colaborativas e reflexivas integradas ao cotidiano escolar, focando na resolução de problemas reais da escola e da sala de aula, o Núcleo Regionalizado B costuma trabalhar para:

Identificação de Necessidades: O processo começa com a análise das necessidades reais da escola e dos desafios enfrentados pelos professores e demais profissionais em sala de aula.

Aprendizagem Colaborativa: A formação ocorre entre pares (colegas da mesma escola ou rede), em grupos de estudo, projetos colaborativos e troca de experiências, o que fomenta a autoformação e a reflexão crítica sobre a prática.

Integração com o Cotidiano: As atividades formativas são realizadas, preferencialmente, dentro do horário de trabalho e na própria instituição, como parte integrante da rotina profissional, não como um evento isolado.

Aplicação Imediata: Os conhecimentos e estratégias discutidos são aplicados diretamente em sala de aula, e os resultados são posteriormente analisados e debatidos nos encontros de formação, criando um ciclo contínuo de ação, reflexão e aprimoramento.

Apoio da Gestão: A gestão escolar atua como líder pedagógico, garantindo o suporte e os recursos necessários para que essas ações possam se desenvolver de forma contínua e articulada com o projeto pedagógico da escola.

Metodologias Ativas: Utilizam-se metodologias que incentivam o professor a ser um agente ativo na construção do conhecimento, como seminários internos e desenvolvimento de projetos.

O objetivo final é o aprimoramento das práticas pedagógicas e a melhoria do processo de ensino-aprendizagem e dos resultados dos alunos. Haja vista que, a formação continuada dos professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é descrita na escola como um processo permanente de aperfeiçoamento profissional, essencial para garantir a qualidade do ensino e a efetividade das práticas pedagógicas. Reconhecendo que os desafios da EJA são específicos e exigem

abordagens diferenciadas, a escola organiza e incentiva a participação dos docentes em programas de formação que dialogam diretamente com as demandas dessa modalidade.

A formação continuada no Núcleo Regionalizado B constitui um eixo estruturante da política educacional do município de Anguera, entendida como prática permanente para garantir a qualidade, a equidade e a humanização do processo educativo. Instituída pela Portaria SEC nº 07/2021, o Plano de Formação Continuada em Atividade (PFCA) estabelece que todos os profissionais da educação docentes e demais servidores devem participar de processos formativos sistemáticos, articulados ao cotidiano escolar e voltados às dimensões técnica, pedagógica, comunitária e humana do trabalho educativo.

Essa perspectiva fortalece a compreensão de que o desenvolvimento profissional não ocorre à margem da escola, mas em diálogo direto com as situações reais do ambiente escolar, promovendo pertencimento, corresponsabilidade e prática reflexiva.

De acordo com o Regimento Escolar Unificado, homologado em 15 de março de 2024, a formação continuada integra o princípio da gestão democrática, ao envolver direção, professores, funcionários, estudantes e famílias na elaboração e execução do PPP e nas decisões que orientam a vida escolar. Nessa concepção, todos os segmentos da comunidade escolar são compreendidos como agentes educativos.

Assim, no âmbito do Núcleo Regionalizado B, a formação continuada alcança não apenas professores e gestores, mas também merendeiras, porteiros, auxiliares de serviços gerais, equipe administrativa e demais colaboradores, reconhecendo que cada um contribui para a construção de um clima escolar acolhedor, seguro e favorável à aprendizagem.

Essa visão ampliada reafirma que educar vai além da sala de aula: envolve mediar relações, criar vínculos, promover afetos, organizar ambientes e sustentar práticas coletivas que estimulam o aprender. A merendeira acolhe por meio da alimentação; o porteiro representa o primeiro contato de respeito e segurança; a equipe de limpeza assegura condições adequadas para ensino e saúde; e a equipe pedagógica media trajetórias e aprendizagens.

Quando todos participam da formação continuada, ampliam sua capacidade de agir conscientemente no espaço escolar, fortalecendo a escola como território de cuidado e de experiências significativas.

No campo prático, o PFCA estrutura formações modulares e semipresenciais, com carga horária de aproximadamente 60 horas, distribuídas entre 30 e 45 dias, abordando temas como políticas educacionais, BNCC/DCRB/DCRM, gestão democrática, inclusão escolar, saúde e segurança, competências socioemocionais e práticas pedagógicas contextualizadas ao campo.

Essas formações são planejadas pelas equipes pedagógicas e direções do Núcleo Regionalizado B, de forma articulada às demandas reais da comunidade escolar, garantindo pertinência temática e aplicabilidade imediata. Além disso, as escolas do núcleo utilizam momentos de Atividade Complementar (AC) para estudos internos, debates, rodas de reflexão e análises de práticas, promovendo aperfeiçoamento contínuo em serviço.

Assim, a formação continuada torna-se indispensável para que professores e demais agentes educativos compreendam e apliquem, em seu contexto de atuação, as competências e habilidades previstas nos documentos curriculares. Essa política formativa parte do pressuposto de que tanto estudantes quanto profissionais da educação devem aprender de maneira ativa, contextualizada e significativa, independentemente do tempo de formação de cada educador.

Em síntese, a formação continuada nas escolas do **Núcleo Regionalizado B** constitui um compromisso coletivo com a melhoria da educação pública, com a dignidade e valorização de todos os profissionais e com a construção de um ambiente escolar que educa em todas as dimensões. Ao integrar todos os agentes da escola em um programa orgânico e permanente de formação, o município fortalece uma cultura profissional colaborativa e humanizadora, consolidando a escola como espaço integral de aprendizagens, relações e desenvolvimento humano.

5.8. A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA E ESCOLA/COMUNIDADE

A escola é um espaço onde o indivíduo, seja na fase infantil ou adulta, afasta-se um pouco do dia a dia familiar para trocar experiências, experimentar seus limites

peçoais, exercitar as competências socioemocionais e aprender o conhecimento sistematizado pela humanidade, para que isso venha acontecer na prática, torna-se necessário à parceria com os pais, que precisam se sentir parte do processo educativo do seu filho de maneira mais ampla.

O mais importante é estreitar a relação família e escola no sentido de melhorar a aprendizagem dos estudantes. Segundo Bettelheim (1998, p. 64), considera o quanto é importante para o bom desenvolvimento dos sujeitos, o relacionamento de pais e a escola.

O ingrediente essencial para o êxito da maioria das crianças na escola é uma relação positiva com os pais e com o envolvimento deles em assuntos intelectuais. A criança deseja ter acesso a tudo que é importante para os pais a quem ama; quer aprender mais sobre as coisas que significa tudo para eles.

Nesta perspectiva, conforme observamos acima é de suma importância o relacionamento familiar para o desenvolvimento do indivíduo, pois a família é o primeiro espaço de desenvolvimento de valores, valores que podem ser positivos ou negativo de acordo com o ambiente no qual o indivíduo convive. Escola e família ambas precisam rever seus papéis para possibilitar ao indivíduo o desenvolvimento integral.

A parceria escola-família é fundamental para o bom caminhar da escola, uma vez que propicia o conhecimento da história de nosso aluno, da história do seu contexto familiar, os costumes e os valores culturais de sua família. A partir da compreensão do público assistido, é possível vislumbrar e complementar o trabalho realizado no âmbito da escola relacioná-lo com a realidade do educando e melhorar as práticas de interação.

Paro (1992, p. 39), afirma que “o interesse da educação escolar deve-se voltar como real substrato a comunidade para a concretização de um processo de democratização das relações na escola”, rotulando como absurda a proposição de uma gestão democrática que não supunha a comunidade como sua parte integrante.

Nesse sentido, os princípios que regem a comunicação nas escolas pertencentes ao Núcleo B são: prezar pela transparência das informações, fortalecerem a parceria entre família e escola e ampliar a participação da família na vida escolar de seus filhos.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), ao observar a importância dessa correlação família/escola, como prevê em seu Art. 2º: “A educação, dever da família e do estado [...] tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando [...] e sua qualificação para o trabalho [...]” (BRASIL, 1996, p. 9).

A esperada parceria com os pais/responsáveis parece simples, mas na prática é um processo longo e requer muita atenção, pois a maioria dos pais acham que o dever de educar e ensinar é papel da escola. Neste sentido, as escolas que compõem o Núcleo Regionalizado B, irá adotar como estratégia para o engajamento da família na escola por meio da apresentação do Projeto Político-Pedagógico da instituição logo no início do ano letivo, para que as famílias compreendam a função social da escola e a importância da família no processo de formação da criança.

Além disso, é fundamental apresentar o espaço da instituição e sua rotina para os familiares para que eles se aproximem da escola. Outro ponto importante é apresentar a equipe pedagógica e demais colaboradores que estarão em contato e participando do dia a dia do estudante.

Nesse aspecto da comunicação, é fundamental deixar as famílias sempre bem informados a respeito da vida escolar de seus filhos. Essa comunicação deverá oportunizar ações para que não seja delegada à escola atitudes que devem ser tratadas no ambiente familiar. Atualmente, utilizamos algumas ferramentas com o intuito de facilitar o contato da família como: grupos de whatsapp, facebook e instagram, para além das reuniões pedagógicas para fortalecer a parceria.

Cada escola que compõem o Núcleo Regionalizado B, procura ressignificar e incentivar, a relação da comunidade com o ambiente escolar, tornando a escola um espaço aberto a elas. A equipe gestora proporciona ações para atrair o interesse dos alunos e a participação efetiva dos pais, promovendo no decorrer do ano letivo, plantão pedagógico no final de cada etapa letiva, festa de encerramento do primeiro e segundo semestre, comemoração mês da família, palestra, ação social, envolvimento da comunidade nos projetos desenvolvidos, abertura e culminância do projeto desenvolvidos nas unidades escolares.

6. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

Quando conhecemos e entendemos melhor o cotidiano escolar, além de analisar como se dão as relações, compreendemos a melhor maneira de transmitir nossos saberes docentes além de aprendermos a ter uma ampla reflexão da prática, o que também sugere a compreensão de aspectos subjetivos do funcionamento da escola, as atividades propostas. Se analisarmos direito percebemos as nuances da questão racial presente na escola e como essas questões são tratadas pelos profissionais da educação.

É importante compreender que a escola como instituição dentro de uma sociedade racista "naturalmente" irá reproduzir práticas racistas, portanto se faz necessário trabalhar para mudarmos esse cenário. Apesar de haver uma normativa que estabelece o ensino para relações étnico-raciais, há uma grande diferença entre o que a lei garante e o que as escolas conseguem cumprir.

Na intenção de corrigir esse cenário, surgiu a política nacional de equidade para as relações étnico-raciais e educação quilombola (PNEERQ), com ações de combate e prevenção ao racismo a fim de promover uma educação para relações étnico raciais de forma mais efetiva.

As metas da PNEERQ são:

Estruturar um sistema de monitoramento e assegurar a implementação da lei 9.394/96;

Formar profissionais de educação para gestão e docência no âmbito da educação para as relações étnico-raciais e da educação escola quilombola; induzir à construção de capacidades institucionais para a condução de políticas de escalões étnico-raciais e da educação escolar quilombola nos entes federados;

Reconhecer avanços institucionais de práticas educacionais antirracista contribuir para a superação das desigualdades étnico-raciais na educação; consolidar a modalidade de educação escola e quilombola, com a implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação escolar quilombola;

Implementar protocolos de prevenção e resposta ao racismo nas escolas e instituições de educação superior públicas e privadas. Tais metas são extremamente importantes para assegurar a implementação efetivas das propostas da política da PNEERQ.

6.1. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO ANTIRACISTA

A Política da Educação Antirracista constitui um compromisso ético, pedagógico e social voltado para a promoção da igualdade racial e a erradicação de práticas discriminatórias dentro e fora do espaço escolar. Fundamenta-se nos princípios da Constituição Federal de 1988, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2004) e na Lei nº 10.639/2003, que estabelece o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. Essa política visa construir uma escola que reconheça, valorize e respeite as diferenças étnicas e culturais, combatendo o racismo em suas dimensões simbólicas, institucionais e estruturais.

No contexto do Núcleo Regionalizado B de Anguera-BA, a educação antirracista é compreendida como uma ação transformadora, que busca formar cidadãos críticos e conscientes de seu papel na construção de uma sociedade justa e igualitária.

De acordo com o Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) de Anguera, a educação antirracista deve perpassar todas as áreas do conhecimento e práticas pedagógicas, tornando-se um eixo transversal do currículo. Isso implica desenvolver ações permanentes que questionem o racismo, a discriminação e as desigualdades históricas que afetam a população negra e indígena. A escola, nesse sentido, torna-se um espaço de resistência, valorização da identidade e promoção da diversidade, por meio de projetos interdisciplinares, formação continuada de professores e atividades culturais que fortaleçam a autoestima e a representatividade de todos os grupos étnicos.

A consolidação da Política da Educação Antirracista no município de Anguera reafirma o compromisso com uma educação emancipadora, fundamentada no respeito aos direitos humanos e na valorização da história e da cultura afro-brasileira e indígena.

O PPP do Núcleo Regionalizado B assume essa política como princípio norteador das práticas escolares, reconhecendo que o enfrentamento do racismo não se limita a ações pontuais, mas requer uma postura contínua e intencional. Assim, educar de forma antirracista é educar para o respeito, para a convivência na diversidade e para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva.

Para trabalhar em consonância com as propostas da PNEERQ e também com a lei 10639/03 o cenário de ideal de práticas seriam:

- ✓ Estruturar um currículo interno inclusivo e com propostas para a diversidade abordando temáticas raciais de forma interdisciplinar e transversal;

- ✓ Momentos de estudo e formação com os professores da instituição sobre as questões raciais, para reflexão sobre o racismo estrutural e suas práticas em sala; estabelecer em algumas aulas projetos de vivências culturais, cotação de histórias com perspectiva afrocentrada, leitura e trabalho com biografias negras, quilombolas e indígenas, trabalhos artísticos inspirados em produções negras, indígenas e quilombolas;

- ✓ Criação de uma pequena cartilha antirracista a fim de trazer aos alunos formas de identificar, combater e enfrentar situações racistas;

- ✓ Construir murais de representatividade nas atividades de artes, explorando ao máximo a temática racial.

7. DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

As diretrizes para a implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP) no Núcleo Regionalizado B do município de Anguera fundamentam-se na gestão democrática e na corresponsabilidade entre escola, família e comunidade, em consonância com as orientações da Secretaria Municipal de Educação e com os marcos legais da educação básica. O PPP é compreendido como um instrumento vivo, que orienta as práticas pedagógicas, administrativas e formativas, refletindo as necessidades reais do território e os princípios da educação inclusiva, integral e de qualidade social.

A construção e a revisão do PPP devem envolver todos os segmentos da comunidade escolar, por meio de reuniões pedagógicas, momentos de escuta e consultas coletivas, assegurando a participação de gestores, professores, estudantes e famílias. Esse processo participativo fortalece o sentimento de pertencimento, amplia a representatividade e garante que as decisões estejam alinhadas às características socioculturais da comunidade atendida.

As ações e projetos pedagógicos precisam ser planejados a partir das especificidades de cada etapa de ensino e das necessidades das turmas, organizados em um cronograma anual que distribua temas, atividades e responsabilidades. Cada projeto deve estar articulado aos componentes curriculares, favorecendo a interdisciplinaridade e promovendo práticas que estimulem o protagonismo estudantil e a aprendizagem significativa.

A formação continuada dos profissionais da educação é uma diretriz central para a efetivação do PPP, devendo ocorrer em espaços regulares de estudo, troca de experiências e reflexão sobre práticas pedagógicas. Essas ações contribuem para o aprimoramento do trabalho docente, o alinhamento das metodologias adotadas e a consolidação dos princípios pedagógicos definidos coletivamente.

O acompanhamento da implementação do PPP deve ser realizado por meio de comissões ou grupos de trabalho, responsáveis por monitorar as ações, analisar resultados e propor ajustes. Avaliações periódicas, relatórios de acompanhamento, reuniões de devolutiva e momentos de autoavaliação garantem que o documento permaneça atualizado e coerente com a realidade escolar.

Por fim, a transparência e a divulgação do PPP são essenciais para sua efetividade. O documento deve estar acessível em formato físico e digital, com seus objetivos, ações e resultados socializados por meio de murais, reuniões, redes sociais e eventos escolares, fortalecendo o diálogo com a comunidade e reafirmando o compromisso coletivo com a melhoria da educação no Núcleo Regionalizado B.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político-Pedagógico do Núcleo Regionalizado B do município de Anguera-BA representa a síntese de um compromisso coletivo com a educação pública de qualidade, democrática e socialmente referenciada. Ele nasce do diálogo entre diferentes vozes como de gestores, professores, estudantes, famílias e comunidade e expressa a compreensão de que a escola é um espaço vivo, dinâmico, que se transforma e se fortalece a partir da participação e do envolvimento de todos os seus sujeitos.

Mais do que um documento orientador, este PPP é uma declaração de princípios e intenções: reafirma o compromisso com a formação integral dos estudantes, com a valorização da diversidade, com a inclusão como eixo central do fazer pedagógico e com a construção de práticas que respeitem a realidade local e o território anguerense. Cada diretriz aqui registrada evidencia a busca por uma escola acolhedora, sensível às necessidades de seus estudantes e comprometida com a garantia do direito de aprender.

Ao longo de sua elaboração, reafirmou-se a importância de um currículo vivo, contextualizado e alinhado às diretrizes nacionais, estaduais e municipais. Reconheceu-se que ensinar é um ato profundamente humano, que exige sensibilidade, rigor, planejamento e abertura ao novo. Do mesmo modo, compreendeu-se que a aprendizagem acontece de forma contínua, e que o papel da escola é criar condições reais para que cada estudante desenvolva suas potencialidades, supere desafios e avance em sua trajetória escolar.

Este PPP também marca um horizonte de futuro: aponta metas, define caminhos e inspira ações que fortalecem a gestão democrática, a atuação docente, o protagonismo estudantil e o vínculo com a comunidade. Ele se projeta como um instrumento em permanente construção, que deverá ser revisitado, avaliado e aprimorado continuamente, garantindo que a prática pedagógica acompanhe as necessidades e transformações da sociedade.

Assim, concluímos este documento com a certeza de que, ao unir esforços, sonhos e responsabilidades, estamos contribuindo para a construção de uma escola mais justa, humana e comprometida com a formação de cidadãos críticos e participativos.



O Núcleo Regionalizado B reafirma, por meio deste PPP, o compromisso de seguir avançando, aprendendo e inovando, sempre com o propósito maior de garantir uma educação que transforme vidas e fortaleça a comunidade de Anguera.

REFERÊNCIAS

ANGUERA. **Plano Municipal de Educação** – PME do Município de Anguera, em consonância com a Lei nº 13.005/2014 que trata do Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências, 2024.

ARROYO, Miguel Gonzales. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BAHIA. Secretaria da Educação. **Diretrizes Curriculares da Bahia – DCRB**. Salvador: SEC, 2022.

BAHIA. Secretaria Municipal de Educação de Anguera. **Documento Curricular Referencial do Município de Anguera – DCRMA**. Anguera: SME, 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394/96, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/SECAD, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394/96, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, 11 mar. 2008.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 59**. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica**. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 18 nov. 2011.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica**. Referenciais de Computação para a Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2018.

BRASIL. **Município de Anguera – Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM)**. Secretaria Municipal de Educação de Anguera – BA. Resolução CME nº 01/2022. Anguera, 2022.

CANDAU, Vera Maria. **Educação intercultural**: entre afirmações e desafios. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos na luta por emancipação. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MELO, M. T. L. **Programas Oficiais para formação dos professores da Educação Básica**. In: Revista Educação e Sociedade Ano XX nº 68 dez/1999.

MORÁN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**. São Paulo: Penso, 2015.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. da. **Sociologia e teoria crítica do currículo**: uma introdução. 11. ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

SACRISTAN, J. G. **Poderes instáveis em educação**. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados (Utilizado nos textos sobre educação integral e trabalho como princípio educativo, 2007).

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SILVA, T. T. da. **Identidades terminais**: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca: UNESCO, 1994.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Currículo**: a atividade humana como princípio educativo. 4ª ed. São Paulo: Libertad, 2013.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.